



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 473 - DE 30 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 2014 - R\$ 3,00

Nova etapa da luta de classes no Brasil: Defender o programa de reivindicações dos explorados e rechaçar o eleitoralismo



Greve na Comperj

GREVE GERAL NO PARAGUAI

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Nova etapa da luta de classes no Brasil

O movimento de junho de 2013 pode ser considerado um marco na luta de classes no País. Durante um mês, as jornadas mobilizaram milhões de jovens e trabalhadores. As massas ganharam as ruas, não cederam à brutal repressão e impuseram sua soberania. Embora tenha sido um movimento com reivindicações difusas e marcadamente de classe média, refletiu um descontentamento popular que vem se acumulando. De amplitude nacional, os explorados se levantaram contra os governos, sem poupar nenhum deles e nenhum dos partidos governantes. No momento, assinalamos suas limitações de classe, da ausência do proletariado e da falta de uma direção revolucionária.

É preciso, no entanto, considerar que as greves nas obras do PAC, anteriores a junho, também marcam a nova etapa da luta de classes. O governo do PT teve de agir com mãos de ferro para vencer as greves-levantes dos peões de obra. Serviu-se da Força Nacional de Segurança Pública, criada no governo de Lula. As greves nas obras do PAC, principalmente as da Usina de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, não tiveram maior repercussão entre a classe operária devido à distância dos centros urbanos.

Depois das mobilizações de junho, observa-se uma tendência grevista em pontos do País. A mais radical foi a dos garis do Rio de Janeiro. Os trabalhadores passaram por cima da direção colaboracionista do sindicato vinculado à CUT e garantiram a vitória com a determinação de não voltar ao trabalho. Os grevistas resistiram às medidas repressivas, com a demissão em massa. No Recife, a greve dos garis ainda em andamento segue a influência do Rio de Janeiro. Antes da decretação da greve dos garis, os operários do Comperj estavam em luta pelos salários. Foi uma longa greve, contra a Petrobrás e contra a burocracia sindical do sindicato cutista que agiu como tropa de choque patronal. A greve dos condutores de ônibus, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, primou pela radicalidade. Os grevistas desacataram a lei antigreve e se impuseram pelo método da ação direta. No estado de São Paulo, os agentes penitenciários fizeram uma greve com bloqueio na entrada das prisões. Enfrentaram a tropa de choque.

As mobilizações de junho potenciaram os movimentos populares. Nos bairros, quase que diariamente nos grandes centros urbanos armam-se conflitos com o poder público. No Rio de Janeiro, a população pobre tem se encorajado contra a militarização da vida social, contra as arbitrariedades da polícia, as matanças e a ocultação de corpos. Os pobres e miseráveis descobrem os meios coletivos para resistir à decomposição social do capitalismo. Em São Paulo, o movimento pela moradia atrai multidões de famílias desamparadas. Cresceram as ocupações e os despejos. Mas aumentam a disposição de reagir à ação policial, com barricadas e

enfrentamentos com o que estiverem em mãos. As marchas pela moradia nas ruas de São Paulo mostram um vigoroso movimento popular.

Esse quadro da luta dos explorados resulta da piora das condições de vida das massas. Esgotam-se os recursos assistencialistas do governo e as manobras diversionistas da “agenda positiva” e das “ações afirmativas”. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. A política de “distribuição de renda” mostrou-se ilusória diante das leis econômicas do capitalismo. A crise mundial tem arrastado inexoravelmente o Brasil. As massas estão se dando conta de que é questão de tempo para que as altas taxas de desemprego voltem. A alta do custo de vida já não permite sustentar pequenos ganhos nos salários. As condições de saúde, educação, transporte e moradia atingem frontalmente a maioria das famílias. Os explorados não têm outra via senão as mobilizações de massa e o enfrentamento com o Estado policial da burguesia.



Greve dos Garis no Rio de Janeiro

Do parlamento, dos deputados e senadores, somente virão mais leis contra o método da ação direta. Os governos agigantam os aparatos policiais, em guerra contínua contra mobilizações, levantantes e rebeliões dos oprimidos. Propagandeiam a liberdade de manifestação pacífica, mas, ao menor gesto de avanço dos explorados sobre as ruas, agem com a doutrina militar de combate aos

inimigos internos, que são os explorados e sua vanguarda política. O aumento do contingente policial, o novo aparelhamento militar, o aperfeiçoamento dos métodos de guerra contra os movimentos de massa, o recrudescimento das leis repressivas e a adaptação das Forças Armadas para ações policiais refletem a desintegração do capitalismo e a brutal polarização de classe entre a minoria exploradora e a maioria explorada.

A vanguarda revolucionária deve atuar com o programa, como os métodos e com as táticas de luta de acordo com a nova etapa da luta de classe, visando unificar a maioria oprimida sob a direção do proletariado. Nos próximos meses, os explorados sofrerão poderosas pressões das disputas eleitorais. É um momento em que todas as forças da burguesia procuram canalizar para o voto os descontentamentos da população. As frações da burocracia sindical ligadas aos partidos da burguesia seguem as diretrizes dos candidatos do PT, PSDB e PSB. As esquerdas centristas e reformistas são arrastadas para esse campo com a bandeira de “uma alternativa dos trabalhadores” (PSTU) ou de reformas democráticas (PSOL). Trata-se da vanguarda revolucionária trabalhar pela independência de classe do proletariado, defender as reivindicações que impulsionam a ação direta e desenvolver a estratégia da revolução proletária.

Barbárie social avança no Rio de Janeiro

Os primeiros meses de 2014 retratam o clima de violência que se espalhou no estado do Rio de Janeiro. Premida entre o crime organizado e o Estado policial, a população mais pobre, que mora nos subúrbios e nas favelas, tem visto seus familiares perderem a vida.

Os recentes ataques às UPP's (em sete diferentes favelas), a violenta morte da trabalhadora Cláudia Silva Ferreira pela PM, a chacina de cinco pessoas no Rio das Ostras, Litoral Norte do estado, bem como a contínua repressão da PM às passeatas dos movimentos sociais na capital dão um panorama da barbárie social.

A política repressiva de Sérgio Cabral

O atual governador do Rio quer se destacar por sua política de “segurança pública” para o Estado. É de seu primeiro mandato a criação das “Unidades de Polícia Pacificadoras” (novembro de 2008). De lá para cá, já foram implantadas 37 unidades; a última já abrange a Baixada Fluminense, na Favela “Mangueirinha” em Duque de Caxias.

Desde sua criação, alardeada pela mídia como solução para o problema da violência nas favelas dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias, as UPP's tem mostrado sua real função. Servem, de um lado, de propaganda para a classe média assustada e propaganda para os megaeventos que a cidade do Rio vai receber, e, de outro, para conter as manifestações e revolta da população mais pobre e excluída da segunda mais rica cidade do país.

Os tiroteios que sempre marcaram a existência das favelas e complexos diminuíram apenas nos primeiros anos de implantação das UPP's. Retornaram com a mesma intensidade, como se pode verificar no noticiário em torno do Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, nos últimos meses. Os tiroteios são frequentes. No conjunto das favelas de Manguinhos, de Lins de Vasconcelos, da Penha, da Rocinha e do Alemão, o confronto levou à morte de policiais e à queima de contêineres das UPP's (Favela Mandela). Segundo a Polícia Militar, 15 policiais foram mortos só esse ano em confrontos e 9 somente nas áreas de abrangências das UPP's.

Deve ficar claro que não se trata de uma luta contra o crime organizado, a ação da PM e do governo do Estado. O crime organizado estende suas mãos no interior do Estado e da polícia. Uma fração da burguesia atua sobre o tráfico nas favelas do Rio. Um mercado lucrativo que expressa a fase de barbárie social, de desintegração das forças produtivas pelo regime social capitalista. Não é do interesse de nenhum governo desmontar o tráfico. Não é possível também acabar com o crime organizado enquanto se mantém intactas as suas raízes, que são a pobreza, a desigualdade social, o desemprego, a especulação imobiliária, etc. O crime, o tráfico em particular, encontra terreno fértil nas metrópoles ricas que preservam brutal desigualdade e a marginalidade de milhões. As mais de 500 favelas espalhadas pelo território fluminense manifestam o caráter do Estado burguês: enquanto conserva e protege a burguesia dos bairros nobres do Leblon, Ipanema, Joá, Barra da Tijuca, deixa à merecer

das milícias e das facções traficantes o controle da maior parte do território da capital.

O episódio de desaparecimento do pedreiro Amarildo, na Rocinha, em junho de 2013 evidenciou como são tratados os moradores das áreas ocupadas pela polícia. Para o Estado burguês, todo pobre, favelado, negro é potencialmente um criminoso, cuja vida não vale nada. A PM, parte do aparato repressivo desse Estado, apenas objetiva de forma brutal essa realidade com as execuções.

Em toda periferia, seja do Rio ou de qualquer grande cidade como São Paulo, as execuções de jovens e de trabalhadores são prática recorrente. A polícia militar, instrumento da ditadura militar, serve até hoje como a maior responsável pelo assassinato nos bairros pobres.

Como inimiga número um das manifestações sociais, a PM não deveria existir. A política proletária só pode exigir o desmantelamento da polícia militar, o seu fim e a formação de milícias populares. Uma polícia corrupta, assassina e perita em sufocar os movimentos sociais não pode ser somente “desmilitarizada” como defendem algumas organizações. Ela precisa deixar de existir, assim como as UPP's, as quais, de “pacificadoras”, não têm e nunca terão nada.

O assassinato de uma trabalhadora

Apenas os retratos mais fortes, mais violentos da barbárie, ganham destaque na mídia, burguesa. O assassinato da trabalhadora Cláudia Silva Ferreira, de 38 anos, auxiliar de limpeza, moradora do Morro da Congonha, na zona oeste do Rio de Janeiro, na manhã do 16 de março só não passou despercebido porque os PM's que a assassinaram colocaram o seu corpo em uma viatura com a traseira aberta. O corpo de Cláudia caiu e foi arrastado por, pelo menos, 350 metros. Os três PM's envolvidos foram presos e logo soltos por decisão judicial.

Segundo os relatos de moradores, a PM subiu o morro atirando, acertou dois tiros em Cláudia e ameaçou os moradores, atirando para o alto, quando esses criaram tumulto diante do assassinato.

Mais esse homicídio comprova que a população pobre não pode e não confia na força repressiva do Estado, que não há e nunca houve “segurança pública”. Há o extermínio cotidiano de mulheres, homens e jovens que são parte das forças produtivas, que vêm sendo brutalmente destruídas.

Como no caso do pedreiro Amarildo, mais esse assassinato ficará impune, mesmo que um ou outro policial individualmente seja penalizado. Culpados pelas mortes são os governos e a burguesia que eles representam.

Militarizar e reprimir – pacto entre os governos estaduais e federal

Diante do cenário de guerra no Rio de Janeiro e da proximidade dos jogos da Copa, o governo federal, mais uma vez, propôs-se a intervir sobre o Estado. Em conversa com o Ministro da Justiça, Sérgio Cabral solicitou intervenção das tropas federais para invadir as comunidades com as

UPP's. O coronel Frederico Caldas, comandante das UPP's, afirmou não haver qualquer intenção de recuar frente às investidas das facções criminosas contras as bases nas favelas. Mais um banho de sangue é o que devemos esperar.

Cabral anunciou que o Exército ocupará o Complexo da Maré, região que fica próxima das linhas Amarela e Vermelha e que já está sob ocupação do BOPE. Segundo o Ministro Cardozo, não há prazo para a ocupação do exército, o que significa que os mais de 140 mil populares que vivem nesse complexo de favelas poderão ter de conviver permanentemente com as metralhadoras e bases das Forças Armadas. Estarão concretamente em um território de guerra, sob a mesma lei marcial que "autorizava" ou não qualquer evento nas favelas ocupadas pelas UPP's.

Não temos qualquer receio em afirmar que as ações coordenadas dos governos servirão para um massacre maior

da juventude, para uma repressão aos movimentos sociais e para garantir a realização dos megaeventos, sobretudo da Copa.

A população oprimida, os jovens, os movimentos sociais e todas as organizações de esquerda devem se levantar contra essa militarização da vida social, a institucionalização da repressão policial contra a população pobre.

Levantar as bandeiras de defesa irrestrita de manifestações e greves, de fim de toda repressão, de desmantelamento da polícia militar, de formação de milícias populares, de instauração dos Tribunais populares!

Fim da CEIV, da intervenção federal e de suas leis de exceção (Lei Geral da Copa) e dos processos contra militantes e populares!

Defender as reivindicações gerais que unificam todos os trabalhadores contra o Estado e a burguesia!

O POR publica o manifesto do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão que faz um chamado a todos os lutadores a se incorporarem ao Comitê e constituir uma luta unitária contra a repressão

Combater a repressão do Estado policial com unidade

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão convoca a todas as entidades sindicais, centrais, entidades estudantis, correntes políticas e todos os lutadores a comporem este Comitê.

Conformemos um bloco unitário e coeso, sob o funcionamento da democracia operária, para combater a repressão do Estado policial.

Coloquemo-nos de maneira consequente contra a repressão. Não há combate real se estiver assentado na fragmentação, sendo a mais nefasta de todos, as respostas individuais, puramente jurídicas, e por isso ineficiente quando se trata de um ataque ao conjunto dos movimentos que se levantam.

O Estado é coeso. Detém o monopólio da violência. A violência é justamente o poder do Estado.

A ação policial é bárbara. Inflama-nos de revolta. Mas a re-

volta é força motriz se submetida a uma ação coletiva e organizada.

Defendamos a vida da maioria oprimida. Coloquemo-nos contra a repressão do Estado como parte da defesa das reivindicações das massas.

O Estado se arma com legislações anti-operárias e anti-populares, como as leis anti-greve e anti-terrorismo, fortalece seu arsenal e aparato militar. Mas, a mais brutal ação do Estado não é capaz de parar definitivamente o movimento das massas.

Sigamos a luta camaradas. Somos responsáveis pela defesa de todos aqueles que lutam pelas necessidades mais gerais da maioria oprimida contra os interesses da minoria.

Fortaleçamos o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão!

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

O que está por trás da crise da Petrobras?

O Avanço do processo de privatização do setor energético no Brasil

A Petrobras foi criada em 1953, no segundo mandato de Getúlio Vargas, em plena época do nacional-desenvolvimentismo, por meio da Lei 2004, de 3 de outubro de 1953. Na época, foi desencadeada toda uma discussão em torno do setor energético brasileiro, em particular sobre a exploração do petróleo no Brasil. O cerne da questão envolvia a problemática da soberania nacional, a intervenção das multinacionais no país, a política de industrialização e a importância estratégica do setor energético para o país. O Governo de Eurico Gaspar Dutra havia acenado com a possibilidade de que o setor dos combustíveis fosse explorado pelas empresas internacionais, o que se fez por meio de um anteprojeto de Estatuto do Petróleo encaminhado ao Congresso Nacional. Mas o setor nacionalista desencadeou

a campanha "O petróleo é nosso!", de modo que acabou sendo aprovado o monopólio estatal da Petrobras e a criação da empresa.

Pelo ato de instituição da Petrobras, definiram-se as competências do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), de modo que as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e derivados passaram a ser conduzidas pela Petrobras em regime de monopólio, à exceção evidentemente da distribuição atacadista e revenda no varejo pelos postos de abastecimento. O mercado mundial do petróleo foi profundamente atingido com a crise internacional de 1973, com a subida do preço do barril, tendo, no caso brasileiro, sido um fator importante na crise do chamado "milagre brasileiro" entre 1969-1974, em plena Ditadura

Militar. Realce-se ainda a assinatura dos chamados “contratos de risco” entre a Petrobras e as empresas privadas, em 1975, que previam ações quanto à pesquisas de novas jazidas nesse campo.

O certo é que, entre 1954 e 1997, a empresa manteve, com todas as conjunturas favoráveis ou desfavoráveis ao mercado de petróleo e derivados, o monopólio na exploração, produção, refino e transporte de petróleo no país. Somente no governo de Fernando Henrique Cardoso, se aprovaria a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, quebrando definitivamente o monopólio da Petrobras, de modo que a empresa passou a competir internamente com outras grandes empresas internacionais. Referida lei simplesmente regulamentava a então Emenda Constitucional nº 09, de 1995, que tinha como propósito a quebra do monopólio do petróleo no Brasil. Acaba-se de se impor, dentre o conjunto das medidas de caráter neoliberal, claramente pro-imperialista, uma profunda derrota não só à estatal, mas ao país, reforçando o poder do capital financeiro internacional.

Portanto, a partir dos anos 1990, se inicia claramente uma trajetória de desmonte da empresa, que tem como pontos importantes a extinção da Petrobras Comércio Internacional S.A. – Interbras pelo governo de Fernando Collor de Mello, em 16 de março de 1990, sob o pano de fundo da estratégia pró-imperialista de redução da presença do Estado na economia e abertura do mercado nacional para as empresas e capital financeiro internacional, seguido da quebra do monopólio no governo de FHC, de modo que pelo menos 35 empresas já exploram o mercado do petróleo em nosso país. Foi criada a Agência Nacional do Petróleo (ANP), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia com a suposta função de fiscalização do setor, mas na verdade uma forma de legitimar a quebra do monopólio e a intervenção do capital internacional no setor petrolífero.

O PT chegou ao poder do Estado após um longo processo de adaptação ao capitalismo, ao Estado e à democracia burgueses. Durante longos anos defendeu o estatismo e se colocou contrário à entrega do setor energético à iniciativa privada. É durante o governo petista que se anuncia a descoberta da reserva de Tupi (2007), na Bacia de Santos. Com a descoberta da camada do pré-sal, a Petrobrás estimou reservas prováveis de 12 bilhões de barris de óleo, onde ficam os poços de Tupi, Tupi Sul, Iara e Iracema. Entretanto, após a chegada do PT ao poder, ao longo dos dois mandatos de Lula e no atual mandato de Dilma Rousseff, o PT impôs, amparado no arco de alianças (do PMDB de Sarney ao PP de Maluf) um conjunto de medidas de caráter antipopular e privatista, que inclui não só a entrega do pré-sal às empresas privadas, mas o desmonte da estatal com o objetivo de sua privatização posterior. Junto a isso, a privatização de estradas, portos, aeroportos, estádios, entre outros recursos

públicos.

O governo do PT instituiu o regime de partilha, de modo a garantir o leilão das reservas de petróleo, que acoberta, sob o argumento de que se trata de concessão e não de privatização, a real entrega dos recursos energéticos ao capital financeiro. Em 2013, o governo realizou o leilão do Campo de Libra, na Bacia de Campos, a maior reserva petrolífera e de gás natural do país, na reserva do pré-sal. O escandaloso leilão, realizado do Rio de Janeiro, sob protesto dos movimentos sociais e muita repressão, foi arrematado por um consórcio constituído pela Petrobras, as empresas chinesas CNOOC e CNPC, além da francesa Total e a anglo-holandesa Shell. O governo já anunciou novas rodadas de leilões de petróleo e derivados para 2015. Ao lado da ofensiva privatizante, os trabalhadores da Petrobras enfrentam inúmeros ataques do governo aos salários, direitos e condições de trabalho. A empresa já anunciou um Plano de demissão de 8,5 mil trabalhadores, mais de 10% da força de trabalho.

Nesse sentido, a crise da Petrobras, com as denúncias da compra da refinaria de Pasadena nos EUA em 2006 é apenas a ponta do iceberg da política privatista do PT. A Petrobrás adquiriu 50% da refinaria pelo valor de US\$ 360 milhões e, por força do contrato, teve de adquirir o restante da planta petrolífera, totalizando US\$ 1,18 bilhão. O detalhe é que, em 2005, a multinacional belga Astra Oil havia adquirido a mesma refinaria por US\$ 42,5 milhões. À época, a Petrobrás estava sob a presidência do petista Sergio Gabrielli. O Conselho de Administração era presidido pela atual presidente Dilma Rousseff. A oposição de direita burguesa (PSDB) aproveita a oportunidade para potencializar a crise política do governo petista, protocolando um pedido de instalação de CPI no Senado, contudo inclusive com a ajuda de partidos como DEM, PMDB, PDT, PPS, PSD, PSB e, inclusive, a assinatura do pré-candidato do PSol, Randolfe Rodrigues.

Tanto o governo do PT quanto a oposição de direita burguesa estão criando as condições para uma futura investida de privatização completa da estatal e sua entrega definitiva ao capital financeiro. Hoje, a Petrobras é uma sociedade de economia mista, com maioria do capital estatal. O que se quer é a entrega completa da empresa aos investidores privados. Os contratos assinados pela Petrobras, os leilões realizados pelo governo petista, o balcão de negócios instalado no interior da empresa e o seu fatiamento entre os partidos da base de apoio do governo, inclusive do oligarca PMDB, nada mais é que parte da ofensiva privatizante. O Partido Operário Revolucionário (POR) defende uma campanha nacional do conjunto do movimento operário em defesa da Petrobras integralmente estatal, sob controle dos trabalhadores. Apenas através da ação direta (greve, manifestações, ocupações) é possível se contrapor à ofensiva privatizante do governo petista e da oposição burguesa.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Encontro do Espaço Unidade de Ação

O Encontro Nacional foi realizado no dia 22 de março. Contou com cerca de 2 mil participantes. O objetivo era a aprovação de uma Carta contendo um calendário de mobilizações até o mês de setembro. O evento constou de três partes: 1) os depoimentos dos sindicatos e movimentos que organizaram a atividade. Nesse ponto, destacaram-se os relatos sobre as greves dos garis do RJ; rodoviários do Rio Grande do Sul e operários do Comperj; 2) o anúncio do agrupamento MES/PSOL, por meio de Luciana Genro, de integração à CSP-Conlutas; 3) uma breve discussão em grupos sobre os temas: criminalização dos movimentos; luta contra as opressões; defesa dos serviços públicos-contras as privatizações; d) passe livre-transporte público; e) educação- financiamento; f) moradia-ocupações; g) contra as terceirizações; h) liberdade e organização sindical; i) saúde do trabalhador; j) sobre cultura; l) descriminalização das drogas. Esteve presente um representante do sindicato metalúrgico da África do Sul, que anunciou a decisão do Numsa (oposição à central sindical Cosatu) de romper com essa Central. No intervalo da manhã, houve uma breve manifestação na Radial Leste, denunciando os gastos com a Copa e defendendo recursos para a saúde, educação e moradia.

O Partido Operário Revolucionário interveio por meio de uma manifesto contendo as propostas de luta e nas reuniões de grupos. Pediu para se manifestar no plenário geral, mas foi negado com o argumento de que as intervenções seriam apenas daqueles que estiveram na organização do Encontro.

À frente do Encontro estava o PSTU e os sindicatos que cindiram com a CUT. Alguns já filiados à CSP-Conlutas, outros que aprovaram a desfiliação da CUT ou da CTB, mas que se mantêm sem nenhuma filiação, como o caso dos metroviários de São Paulo. A finalidade do PSTU era reunir os sindicatos, movimentos populares e o agrupamento “CUT pode Mais” (PSol) e aprovar numa plenária aquilo que já era consenso entre os organizadores, expresso na Carta de mobilização. Por isso, as discussões nos grupos foram apresentadas na forma de relatos sem abrir para o plenário os pontos divergentes. Os organizadores disseram que não haveria votação. A carta já estava pronta. Independente do que foi discutido nos grupos, passou a ser o resultado do Encontro.

A Carta do PSTU

Com o título: “Vamos voltar às ruas! Na Copa vai ter luta! Chega de dinheiro para a Fifa, grandes empresas e bancos! Recursos públicos para a saúde, educação, moradia, transporte público e reforma agrária! Basta de violência e de criminalização das lutas populares! Ditadura nunca mais”, a Carta era uma chamado em torno de um calendário de lutas.

A Carta expressava as reivindicações previamente deliberadas. As reivindicações agrupavam-se em 7 itens. 1) Chega de dinheiro para a Copa, Fifa e para as grandes empresas. Recursos para saúde, educação (10% do PIB); 2) Chega de dinheiro para os bancos. Suspensão do pagamento das dívidas interna e externa, dinheiro para a moradia popular e transporte coletivo (tarifa zero); 3) Chega de arrocho salarial e desrespeito aos direitos. Fim do fator previdenciário. Anulação da reforma da previdência. 4) Reforma agrária e prioridade para a produção

de alimentos para o povo; 5) Chega de privatizações. Reestatização das empresas privatizadas. Petróleo e Petrobrás 100% estatal; 6) Basta de machismo, racismo e homofobia; 7) Basta de violência. Desmilitarização da PM. Revogação das leis que criminalizam as lutas. Ditadura nunca mais.

Como se vê, a decisão sobre as reivindicações não dependia das reuniões dos grupos temáticos. Daí a simples apresentação dos relatórios. Essa plataforma de consenso, na verdade, é o plano de lutas que o PSTU vem apresentando nos movimentos. Algumas das reivindicações são também das burocracias sindicais da CUT, da Força Sindical e da UNE, como o fim do fator previdenciário, ditadura nunca mais, 10% para educação, reforma agrária e produção de alimentos para o povo.

Não restou para o plenário senão aprovar por aclamação o que a cúpula organizadora (PSTU e seus aliados) já havia decidido. Para quebrar a passividade dos presentes, os estudantes da Anel o recheavam com cantorias de palavras de ordem, como: “Dilma, escuta, na Copa vai ter luta”.

Em relação ao calendário, embora seja até 7 de setembro, o centro está no dia 12 de junho, “abertura das Jornada de Mobilizações na Copa vai ter luta”. Traz como orientação a realização de encontros e plenárias nos estados para implementar o calendário.

Com farsa democrática não se organiza a vanguarda para a luta de classes

O relato acima mostra a forma como o PSTU vem conduzindo a CSP-Conlutas. Os grupos de discussão não passaram de uma fraude de elaboração coletiva. A Carta escrita antecipadamente ao Encontro, por sua vez, completou a fraude com o tal do consenso. A votação por aclamação fechou o teatrão da democracia participativa na Conlutas.

Notamos que o PSTU vem implantando uma nova forma de controle burocrático do aparato sindical. Decide tudo na cúpula e usa a vanguarda, que alimenta a esperança que a Conlutas é um instrumento de combate às burocracias cutistas, forcistas e cetebistas, para dar ares de participação coletiva e democracia sindical. A velha burocracia, hoje, se limita levar para os congressos e eventos os dirigentes de sindicatos e a franja corrompida. O PSTU procura levar uma vanguarda que tem relação com as bases, submetendo-a a decisões pré-estabelecidas e acordadas previamente com determinados aliados. O exemplo foi o Encontro Nacional, em que não se discutiu nada (a discussão em grupos era fragmentada e não podia refletir no plenário) e nada se decidiu.

É necessário que militância aguerrida faça uma avaliação crítica dessa política do PSTU e aliados. E que se disponha a fortalecer uma fração revolucionária no interior da CSP-Conlutas.

Sobre a adesão do MES/PSOL ao CSP-Conlutas

Em nome da Coordenação nacional do MES, Luciana Genro utilizou a tribuna para anunciar a adesão à CSP-Conlutas, juntamente com seu agrupamento estudantil que leva o nome de JUNTOS. Seu discurso se apoiou em duas colocações: 1) que a CUT não é mais o instrumento de luta dos trabalhadores. Justificou seu papel de correia de transmissão do governo

petista. Afirmou que o PT hoje não mais controla o movimento social e que as greves e manifestações surgem contrapondo-se a essas direções; 2) que a construção da Conlutas foi importante, embora “esteja longe de ser um organismo de frente única da maioria da classe trabalhadora”. Concluiu que a Conlutas é um organismo com “real ativismo” e que o MES se integra à construção dessa Central.

Na Carta de adesão, o MES, além de criticar a CUT, deu seu alerta ao PSTU afirmando: “A CSP-Conlutas deve estar atenta e saber aprender com esta vontade (referência aos movimentos de junho), combatendo sua próprias tendências aparatis-tas, a acomodação e a superestruturação que marcam muitos sindicatos que se reivindicam à esquerda da CUT”. E, por fim,

Considerações sobre a bandeira “Na Copa vai ter Luta” e sobre a greve geral

A avaliação do POR sobre o Encontro Nacional é a de que pouco se avançou devido à sua organização burocrática. Primeiro, porque nem todas as organizações tiveram a oportunidade de se dirigir ao plenário. Embora a participação nos grupos seja importante, ela se deu de forma fragmentada. Segundo, pois as propostas não puderam ser discutidas nem votadas na plenária final. O argumento usado foi o de que o Encontro havia sido convocado desde o início com esse formato e que a ausência de representação decidida desde as bases inviabilizava a aferição de posições mediante o voto. As propostas deveriam ser encaminhadas aos fóruns de base, com caráter indicativo. Contudo, esse argumento não é válido e foi desrespeitado na prática, uma vez que foram efetivamente tomadas decisões, tal como o estabelecimento do dia 12 de junho, data do primeiro jogo da Copa, como dia nacional de manifestações centralizadas.

A farsa se desfez no final, quando foi aprovada uma carta, com aquilo que podemos considerar como o programa do Encontro. Seu conteúdo apresenta como eixo o lema “Na Copa Vai ter Luta”, contemplando bandeiras corretas, como o combate à repressão, mas com conteúdo genérico. Assim, nossas propostas de defesa das condições de vida e trabalho, como de salário mínimo vital, escala móvel de trabalho e outras, foram marginalizadas.

A Carta levantou a bandeira “Na Copa vai ter Luta” para se diferenciar da bandeira “Não vai ter Copa”, que tem conduzido as manifestações. No fundo, o PSTU rechaçou a condenação da Copa. Está dizendo que não está contra a Copa e que não pretende inviabilizá-la, mas que vai utilizá-la para as lutas. Não tem o menor sentido a discussão se é possível ou não a inviabilização da Copa pelo movimento. Está claro que não se trata desse objetivo em si. Também não se justifica por razões táticas, a de não se contrapor à parcela da população que será arrastada pela postura patriótica do Brasil sediar a Copa. Ou as massas utilizarão do momento para saírem em defesa de suas reivindicações, ou permanecerão passivas diante das festividades. Não serão considerações patrióticas ou de amor ao esporte que evitarão a luta. É claro que o governo usará de todos os recursos para bloquear o movimento nas ruas. Não achamos justa a bandeira de “Não vai ter Copa”. Mas ao rechaçá-la por seu conteúdo de oposição à Copa - independente das considerações táticas -, o PSTU se adapta às pressões do patriotismo e da alienação política da população. O POR, desde o início, levantou a bandeira de “Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e de seus governos”. Como

disse: “se a unidade de ação é necessária, ainda é mais importante não apenas a unidade de ação mas sempre que possível a frente única com a “CUT pode Mais”, expressão de uma importante ruptura no interior da CUT, com o MST e o MTST”. Como chamado geral, levantou a bandeira de uma Assembleia Constituinte, sem argumentá-la.

Lembramos que o MES rompeu com a CSP-Conlutas, seguindo a Intersindical, no congresso de unificação. As razões foram tão “aparatis-tas” quanto a crítica que faz à Conlutas agora no seu retorno. Tinha a obrigação de explicar porque seguiu a Intersindical e porque agora a abandona. Certamente, a CSP-Conlutas não ganhou nenhum presente. Abrigará mais uma corrente oportunista que passou pelo PT e se instalou no PSOL.

se vê, não está em contraposição ao conteúdo oposicionista da bandeira “Não vai ter Copa”. Mas ao mesmo tempo se opõe ao vazio de conteúdo classista e se distingue do subjetivismo de que será possível inviabilizar a Copa. A bandeira “Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e de seus governos” e atendimento das reivindicações das massas empobrecidas possibilita colocar o movimento no campo classista.

Um Encontro dessa natureza dá lugar a absurdos. Referimo-nos à proposta de que a CSP-Conlutas convocasse uma greve geral. Não se apresentou nenhuma demonstração consistente de que a classe operária manifesta tendências grevistas nacionalmente. Sem dúvida, têm havido inúmeras greves, algumas delas radicais, mas contidas nos limites corporativos. As manifestações de junho passado, por sua vez, contaram majoritariamente com a classe média. O PSTU rechaçou a proposta apenas quanto a sua inconveniência (fora da realidade). No entanto, não se tratava simplesmente de rejeitá-la, mas de discutir a situação da crise econômica e as tendências da luta de classes. Assim, o Encontro poderia estabelecer as bandeiras, as tarefas e a tática de luta a serem desenvolvidas no seio do proletariado e das massas. Nada disso foi feito e o Encontro terminou com a aclamação de uma Carta que diz “Que o nosso povo gosta de futebol e quer apoiar a seleção brasileira”. E que com a bandeira “Na Copa vai ter Luta” pretensamente se mascarará a festividade nacional e internacional promovida pelo governo e pela imprensa. Essa é a via do reformismo.

A rejeição do PSTU à proposta de greve geral tinha, por trás da colocação da inconveniência, a recusa em organizar a unificação das lutas pelas reivindicações por meio de um movimento nacional que pudesse dar passos concretos para a organização de uma greve geral. No seu manifesto ao encontro, afirma: “É preciso que os trabalhadores e jovens mostrem nas passeatas, nas greves e ocupações urbanas e rurais que existe uma alternativa de luta nesse país. Uma alternativa dos trabalhadores, distinta e oposta aos governos atuais do PT, do PSDB, PMDB, PSB” e “Nas lutas e nas eleições, é preciso uma alternativa socialista dos trabalhadores”.

Assim, o discurso radical e a manifestação de rua foram as indumentárias que serviram para mascarar o conteúdo real: um movimento voltado a fortalecer a intervenção eleitoral. Esse conteúdo é oposto àquele capaz de unificar as mobilizações e impor nas ruas a derrota aos governos e aos capitalistas.

Propostas do Partido Operário Revolucionário para o Encontro Nacional Espaço Unidade de Ação

O movimento de junho do ano passado mostrou a gigantesca vitalidade das massas nas ruas. No entanto, padeceu da ausência de uma direção centralizada e de reivindicações que se dirigissem ao governo. É claro que a reivindicação do MPL que serviu de estopim teve um objetivo definido, mas se esgotou assim que os governadores e prefeitos aceitaram rever o aumento das passagens dos coletivos. A limitação da reivindicação se evidenciou ao não ir além da redução do valor das passagens, pondo de lado as bandeiras de passe-livre para estudantes e desempregados, bem como a estatização do sistema de transporte público, sem indenização. As massas nas ruas responderam à repressão e se impuseram soberanamente diante dos governos. Essa foi a grande conquista das jornadas de junho. É sobre a base dessa experiência que o Encontro Nacional Espaço Unidade de Ação deve preparar as organizações operárias, populares e estudantis para o próximo embate.

A crise econômica mundial não poupou nenhum país. O Brasil vem sendo arrastado gradualmente. O governo de Dilma Rousseff não tem como reverter as tendências desintegradoras que se manifestam internamente ao país. O baixo crescimento não se converteu ainda em demissões massivas. Mas a queda da taxa de emprego na indústria é um indicador de que os assalariados logo mais verão a recessão econômica destruir milhares e milhares de postos de trabalho. São sintomáticas as demissões na GM de São José dos Campos e as ameaças na GM de São Caetano, Volks e Mercedes. O aumento do custo de vida é um outro sintoma dos desarranjos econômicos. As condições de vida das massas entraram em declínio depois de um curto período de bonança econômica do capitalismo. As camadas empobrecidas, que nada colheram do período de crescimento, serão ainda mais esmagadas. É tendo em mãos essa previsão que o Encontro Nacional deve aprovar resoluções de luta e unidade dos explorados.

A luta de classes foi relativamente arrefecida nos últimos anos sob o governo Lula, mas agora há uma mudança no sentido contrário. As manifestações de junho, sem dúvida, constituíram um marco de abertura de uma nova etapa da luta de classes no Brasil. As greves vêm ocorrendo em vários setores. O recente enfrentamento dos garis no Rio de Janeiro com o governo e com a própria burocracia sindical revela a tendência de radicalização dos setores mais oprimidos. Lembremos as greves-levantes nas obras do PAC (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Suape, etc.) E recentemente, a combativa greve no Comperj. Não por acaso, crescem os movimentos urbanos de luta pela moradia. Têm sido diários os protestos nos bairros operários contra a violência policial e em defesa de reivindicações, como transporte, saúde, saneamento, escola, etc. É certo que o movimento camponês recuou nas ocupações, mas o problema agrário continua na ordem do dia. De conjunto, essa situação tende a confluir os movimentos e as reivindicações. Isso explica, por outro lado, o reforço que os governos estão implementando no seu aparato repressivo. O ataque do esquadrão Ninja da polícia militar de São Paulo contra os manifestantes e o apoio do governo do PT a essa repressão refletem a necessidade de aumentar o poder policial do Estado. Estamos diante de uma ofensiva da repressão. Cabe a esse Encontro Nacional responder com os métodos e organização da classe operária.

Com base nessas considerações, o Partido Operário Revolucionário apresenta ao Encontro Nacional as seguintes resoluções:

1. O Encontro Nacional responde à situação de pobreza, miséria e desintegração social com as seguintes reivindicações: a) salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades de uma família de 4 pessoas; b) escala móvel de reajuste salarial (aumento automático de acordo com a inflação); c) redução da jornada de trabalho, sem reduzir o salário; d) estabilidade no emprego; e) fim das terceirizações, efetivando todos os trabalhadores; f) escala móvel das horas de trabalho para garantir o emprego a todos. Essas reivindicações serão desenvolvidas por meio de campanhas sistemáticas. Todas as organizações que se vinculam ao Encontro Nacional deverão popularizá-las e expressá-las por meio de assembleias, em que se devem discutir e aprovar as reivindicações, a participação na luta geral e a indicação de representantes para sua organização;
2. O Encontro Nacional aprova uma plataforma de estatização sem indenização dos serviços essenciais à vida da população. São quatro os pilares: saúde, educação, moradia e transporte. A saúde e educação devem ser estatizadas, constituindo sistemas únicos, públicos e gratuitos, sob o controle operário e popular. Acesso universal à saúde e à educação. O sistema de transporte coletivo deve ser expropriado e estatizado, sob o controle operário e popular. Exigência de um plano de obras de moradias populares, elaborado pelas assembleias de bairro e controlado por elas. Fim dos despejos. Ocupação de todos os imóveis vazios e utilizados para especulação imobiliária. Estatização das empreiteiras e constituição de um sistema de construção estatal, sob controle operário;
3. O Encontro Nacional responde à ofensiva da repressão sobre os movimentos e os ataques policiais nos bairros e favelas. Levanta as bandeiras democráticas de nenhuma intervenção do Estado nas manifestações, greves e movimentos. Luta para pôr abaixo as leis antigreve e impedir a votação das leis do terror e das máscaras. Fim das prisões e processos contra os lutadores. Nesse enfrentamento à repressão, objetiva dismantelar o aparato repressivo e constituir organismos de autodefesa das massas. O Encontro Nacional aprova a formação de comitês contra a repressão nos sindicatos, nos locais de estudo e nos bairros. Trabalhará pelo fortalecimento do comitê contra a repressão já existente em São Paulo;
4. O Encontro Nacional aprova a realização de um dia de protesto contra as chacinas nos bairros, contra prisões e os processos que atingem manifestantes e contra a intervenção da polícia nas mobilizações. Constituição dos comitês contra a repressão.
5. O Encontro Nacional trabalhará por um 1º de maio operário e socialista. Voltará suas forças a convocar os explorados em seus locais de trabalho e a juventude. Fará um 1º de maio democrático em que todas as forças políticas que contribuam para a sua convocação tenham assegurado o direito de expressão. A convocação terá por base o plano de reivindicações aprovado neste Encontro Nacional;
6. O Encontro Nacional se posiciona por implementar a luta contra a Copa milionária dos capitalistas. Levantará as reivindicações que unificam os movimentos como uma só força contra os exploradores e seus governos.

Iº Encontro de Negros e Negras da CSP-Conlutas

No dia 23 de março, ocorreu em São Paulo o 1º Encontro de Negros e Negras da CSP-Conlutas. Não foi organizado a partir da tirada de delegados de base. Participaram 1.091 negros declarados, entre eles, organizações como movimentos Quilombolas, sindicato de educação, ANEL, LSR (PSOL), LER-QI.

O Encontro serviu para reafirmar a política reformista de cotas pela maioria das correntes de esquerda. A principal discussão se deu em torno de políticas afirmativas, principalmente ao sistema de cotas. Mas, o encontro não fez um balanço do que foram os 10 anos das chamadas “políticas afirmativas”, “reparação histórica” e “inclusão social” do PT. Também não se avaliou os caminhos percorridos pelos movimentos raciais. As discussões realizadas nos grupos de discussão (GDs) foram apenas para “acúmulo”, nada foi deliberado.

O fato é que em 10 anos de política de Estado voltada à questão racial não houve diminuição da opressão sofrida pelos negros. Uma política restrita ao atendimento de uma parcela ultraminoritária da pequena burguesia negra. A maioria das correntes e movimentos de esquerda a apoiaram e apoiam, sob o argumento das “ações afirmativas” avançarem na luta contra

o racismo e as discriminações. Mas, os negros ainda recebem salários menores que os brancos e sofrem a violência policial cotidiana nos bairros pobres. As “ações afirmativas” serviram e servem para ocultar o recrudescimento da opressão racial como consequência da exploração capitalista do trabalho.

O POR sempre se posicionou contrário às cotas, por se tratar de um sistema que mantém a exclusão da maioria. A opressão aos negros é parte indissociável da opressão da classe capitalista sobre a classe operária. Sempre foi hostilizado pelas correntes de esquerdas e movimentos raciais por este posicionamento. Desta vez, principalmente por parte dos independentes presentes, não houve a mesma hostilidade ao apresentarmos que as cotas não resolvem o problema das opressões raciais, étnicas e sociais. Diante do aumento da opressão capitalista fica difícil sustentar uma política de minoria.

O fim de toda opressão só será possível com a destruição do capitalismo, que transformou negros e brancos em escravos modernos. Os negros, assim como os demais oprimidos, devem se armar com a política revolucionária e métodos de luta da classe operária. É necessária a unidade da maioria explorada para combater todo o tipo de opressão.

Propostas de resoluções do Partido Operário Revolucionário (POR) ao 1º. Encontro setorial de negros e negras da CSP-Conlutas

Aos participantes

Achamos necessário que o 1º Encontro de negros e negras faça uma avaliação sobre o resultado das chamadas “ações afirmativas”, as “reparações históricas” e a “inclusão social” do governo do PT. Também é necessário avaliar os caminhos que têm percorrido os movimentos raciais.

Por meio do governo petista, a burguesia lançou a campanha de que o Brasil caminha para cumprir o preceito de igualdade entre negros e brancos. Uma vez que não é possível ocultar o racismo e as discriminações, estabeleceu-se como política as “ações afirmativas” e a “inclusão social”. Os movimentos e correntes de esquerda, via de regra, evitaram qualificar essa política burguesa de reacionária. Muitos a consideraram progressista. E estabeleceram a tática de apoiá-la, justificando que a partir das “ações afirmativas” se poderia avançar a luta contra o racismo e as discriminações. Esse 1º Encontro não pode se furtar a fazer um balanço de uma década de aplicação da política de Estado voltada à questão racial. O resultado das “ações afirmativas” tem sido ocultar o recrudescimento da opressão racial como consequência da exploração capitalista do trabalho. O 1º Encontro deve, sobre a base da experiência, denunciar a política burguesa das “ações afirmativas” (cotas, etc.) e levantar uma política de classe para a questão negra.

O segundo ponto das discussões é a da relação entre “raça e classe”. Boa parte das correntes de esquerda formula suas posições dizendo que não se pode separar a exploração capitalista do trabalho das manifestações raciais discriminatórias. Mas o que se observa na prática não confirma o que é dito em palavras. Suas respostas não partem das relações capitalistas de produção e das divisões de classes para combater a odiosa opressão racial. Quase sempre nos deparamos com

formulações que colocam a opressão racial no mesmo plano que a opressão de classe. Pressupõem que as discriminações raciais são manifestações particulares, que têm uma dinâmica própria e reivindicações específicas. Assim, estabelecem limites entre movimentos especificamente raciais e o movimento operário, entre as reivindicações raciais e reivindicações dos explorados em geral. Entendemos que o 1º Encontro deve rejeitar essa concepção reformista da questão negra. O 1º Encontro tem a obrigação de estabelecer a verdadeira relação entre divisão de classes e divisões raciais. As discriminações raciais são consequências das divisões de classes, cujo antagonismo fundamental se dá entre a burguesia e a classe operária. As raízes da opressão racial se encontram nas relações capitalistas de produção, que devem ser abolidas pela revolução proletária e substituídas pelas relações socialistas de produção. Somente assim as reivindicações contrárias às discriminações raciais farão parte de um só movimento da classe operária e dos demais explorados para eliminar definitivamente todo tipo de discriminação. É preciso combater firmemente a posição pequeno-burguesa que separa a luta racial da luta de classes do proletariado. A rigor não existe luta racial específica. Esta é uma manifestação particular da luta de classes. O 1º Encontro deve se colocar sob essa base marxista da luta contra todo tipo de opressão que emana da sociedade de classe.

O terceiro ponto das discussões do 1º Encontro deve fazer um balanço das lutas contra a opressão racial. Entendemos que predominou a política de “ação afirmativa” do petismo. As diretrizes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) se impuseram no seio do movimento estudantil e da juventude. A grande maioria negra explorada,

pobre e miserável, não se movimentou em defesa de suas condições de existência. Somente poderia reagir à opressão por meio das organizações operárias, que desgraçadamente estão sob o controle da burocracia sindical. As “ações afirmativas” se limitaram a uma pequena camada negra e pobre. O fato das correntes de esquerda correrem atrás da política de cotas, procurando impulsioná-la e melhorá-la, mostrou sua dependência perante o que o que governo fazia ou deixava de fazer. Assim, se canalizou o movimento para ilusões de que avançava a luta contra as discriminações. As esquerdas estão de acordo na avaliação de que aumentou a opressão racial. Mas não dizem que o movimento das “ações afirmativas” serviu de máscara para a dura realidade vivida pela maioria explorada de negros e brancos. O 1º Encontro deve concluir pela necessidade de se adotar a política do proletariado para a questão racial.

Sobre a base desse balanço, o POR apresenta as seguintes resoluções:

1. O 1º Encontro reconhece que a opressão racial somente será resolvida com a destruição da sociedade de classe pela revolução proletária. As reivindicações contrárias às discriminações são o ponto de partida para unir os explorados negros e brancos contra o domínio da burguesia e para avançar a luta pela tomada do poder. Considera que as reivindicações que emanam da opressão racial são parte das reivindicações gerais da classe operária. Reconhece que não é possível por meio de reformas se eliminarem as discriminações. As reformas somente poderão servir à luta contra a opressão racial se estiverem sob a estratégia da revolução socialista. É preciso rechaçar o reformismo que ludibria os explorados negros com as “ações afirmativas” e a farsa da política de cotas;
2. O 1º Encontro rechaça a política do governo do PT que usou

a ilusão das cotas para fortalecer o ensino privado (Prouni). Defende a organização da juventude explorada de negros e brancos em torno da bandeira de acesso universal em todos os níveis do ensino. Para isso, é necessário acabar com a distinção entre ensino público e privado. Todo sistema educacional deve ser estatal, público e gratuito. A estatização do sistema privado sem indenização e sob o controle de quem estuda e trabalha possibilitará o acesso universal;

3. O 1º Encontro considera que a discriminação racial entre negros e brancos feita pelos capitalistas constitui o ponto de partida das demais discriminações. É preciso derrubar essa arbitrariedade unindo a classe operária contra a exploração do trabalho. Os capitalistas utilizam a situação social dos negros para seus objetivos de exploração e acumulação de capital. As bandeiras de trabalho igual, salário igual e de fim da discriminação na contratação de mão-de-obra serão motivos de campanhas sistemáticas voltadas à classe operária e à juventude;
4. O 1º Encontro responsabiliza o Estado burguês e seus governos pelas chacinas que vêm sendo promovidas nos bairros pobres e nas favelas. É visível a militarização da vida social. As UPPs são verdadeiros centros de ataques aos pobres e oprimidos, em nome de pôr fim ao narcotráfico. A burguesia narcotraficante está muito bem protegida pelo Estado e bancos. A criminalidade que floresce nas entranhas do capitalismo em decomposição envolve uma grande parcela da população negra miserável. Sobre ela recai tanto a opressão econômica quanto a opressão policial. O 1º Encontro levanta a bandeira de fim das UPPs, fim das discriminações policiais e judiciais contra os negros, desmantelamento do aparato repressivo da burguesia e armamento popular.

A Marcha Antifascista

No dia 22 de março, duas marchas opostas mediram suas forças em São Paulo. De um lado, a Marcha Antifascista e Antigolpista, que se dirigiu da Sé ao Memorial da Resistência (local que foi sede do Deops/SP de 1940 a 1983, na região da Luz). Participaram dessa passeata, cerca de 1000 pessoas. Tratava-se de uma resposta à marcha da direita, a “da Família”, uma referência explícita à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de março de 1964, que serviu ao golpe militar. A iniciativa de convocar uma manifestação contrária aos partidários da ditadura foi importante.

A Marcha de 1964 foi a antessala do golpe. A União Cívica Feminina, sua organizadora, tinha ligações com empresários paulistas e com o governador Adhemar de Barros, um dos golpistas. Contou com o apoio da Igreja Católica e serviu de modelo para manifestações golpistas em outras cidades.

A marcha direitista atual, no entanto, contou com uns poucos fascistas. Evidentemente, não se pode desconhecer que a direita organizada espera condições para se

potenciar. A situação de crise do capitalismo exacerba as manifestações da luta de classes internacional e nacionalmente. As mobilizações de junho de 2013 são uma clara demonstração disso. Em meio às manifestações, grupos organizados fascistas e neonazistas se mostram ousados. Enfrentaram as esquerdas fisicamente nas ruas. Atacaram homossexuais e negros. Outras movimentações, como a que pretende criar um partido militar ou mesmo pela refundação da ARENA fazem parte desse quadro. Seus adeptos são geralmente cooptados na classe média arruinada, um setor da pequena-burguesia incapaz de atuar com independência política, sendo arrastado para as posições da burguesia, diante da ausência de um poderoso partido revolucionário da classe operária enraizado nas massas.

Não tem o menor sentido, no entanto, dar uma dimensão à direita fascista quando ela se acha marginalizada. O Partido dos Trabalhadores ainda nutre ilusões democráticas, controla as organizações de massas e consegue se apoiar numa política assistencialista. A situação de crise econômica se



converte em crise política, mas não o suficiente para provocar um deslocamento da maioria nacional oprimida para posições da burguesia mais reacionária. Em outras palavras, a tendência sempre presente para o fascismo não é, nesse momento, uma realidade ameaçadora concreta. Não há um movimento golpista da burguesia.

Qual a função de apresentar às massas a possibilidade de um golpe, como o faz o Partido da Causa Operária (PCO), por exemplo, se ao mesmo tempo caracteriza a direita como “raquítica”? Cumpre a função de combater a oposição de esquerda – tanto centrista, reformista, quanto revolucionária – ao PT e seu governo. Parece que os ex-altamiristas estão se aproximando da política dos lambertistas do “O Trabalho”, fiel defensor de Lula e de Dilma.

O conteúdo dado à Marcha Antifascista de barrar os golpistas foi talhado segundo o figurino do PT e PCdoB. Serve às disputas eleitorais em curso. A sua importância se revelou diante do ato anticomunista da TFP e Cia. O que se coloca como luta do proletariado contra a direita e a repressão, na atual situação, é o enfrentamento ao Estado policial acobertado pela democracia. Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública; e Dilma quer que se aprove a Lei-Antiterrorismo ditada pelos Estados Unidos. O Complexo da Maré está para ser ocupado pela polícia de Sérgio Cabral (PSDB) e pelas Forças Armadas comandadas por Dilma. Esses são os perigos reais e iminentes. A política do PT expressa estrategicamente a ditadura de classe da burguesia contra as massas e potencia a reação direitista contra o proletariado.

Assembleia Nacional da ANEL

A ANEL realizou sua Assembleia Nacional no dia 21 de março, na Tenda Ortega y Gasset, na USP. Contou com cerca de 900 participantes, que discutiram em grupos temáticos e paralelos os pontos de pauta do encontro, para depois esses pontos serem apresentados na plenária final, sem votação. Chamou a atenção a forma de eleger a direção, chamando quem quisesse assumir a tarefa ao palco e aprovando sem discussão ou votação. Reproduzimos abaixo manifesto distribuído pelo POR no encontro.

À Assembleia Nacional da Anel

A Assembleia Nacional da Anel se reúne numa situação que exige respostas do movimento estudantil no seu conjunto. Diante da pauta do encontro, é preciso discutir e aprovar decisões que permitam impulsionar e ampliar a organização e centralização das mobilizações estudantis e liga-las às lutas dos explorados contra os exploradores e seus governos.

Educação:

Ressaltam na educação, de um lado, o pequeno orçamento destinado pelos governos desde o nível fundamental até o nível superior e, de outro, o domínio e avanço do ensino privado no nível superior, excluindo a grande maioria da juventude explorada do acesso ao direito democrático da educação a todos em todos os níveis. Nas universidades públicas, a política dos governos é a de aumento da privatização, elitização, precarização e terceirização. A casta burocrática que governa autoritariamente a universidade é o canal por onde se aplica essa política, imposta aos que estudam e trabalham.

A direção majoritária no movimento estudantil, a burocrática e governista direção da UNE, se nega a travar a luta pelo direito à educação a todos. Colabora com o governo na sua política de favorecimento ao ensino privado. Limita-se a pressionar pela via institucional/parlamentar por um aumento insuficiente das verbas para a educação, o que fará com que permaneça e se fortaleça o domínio do atual privatismo e exclusão da maioria. Apoiar as medidas governamentais que sucateiam o ensino público, como o Reuni. Rechaça a luta contra o ensino privado. Diante das mobilizações estudantis, ora as boicota, ora as mantém divididas e isoladas.

Parte da vanguarda que desponta nas mobilizações se volta para a Anel, por ter se constituído como cisão da UNE governista. Mas a Anel não tem respondido à altura as necessidades de unidade nacional dos estudantes ao redor de bandeiras que expressem as reivindicações que correspondem à defesa daquilo que é mais elementar: o direito ao acesso a todos em

todos os níveis.

A direção da UNE formulou a bandeira dos 10% do PIB para a educação. Essa bandeira se atrita com a política do governo de redução de gastos públicos em serviços sociais. Mas ela não responde às reais necessidades dos que estudam e trabalham. Está voltada para a negociação parlamentar.

A Anel a aprovou em seus Congressos, ao lado da bandeira de estatização da rede privada. Mas na prática se limita a levantar a reivindicação de 10% do PIB e engaveta a bandeira da estatização.

É preciso colocar em marcha uma campanha nacional pela ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DE TODA REDE PRIVADA DE ENSINO, SOB CONTROLE DOS QUE ESTUDAM E TRABALHAM. Essa é a bandeira que permite travar a luta unitária de toda a juventude contra a exclusão, pelo direito de educação a todos em todos os níveis e em combate contra os capitalistas que dominam o ensino superior.

A experiência da luta estudantil da USP no ano passado mostrou por sua vez que as reivindicações estudantis se chocam profundamente com a estrutura de poder antidemocrática, que serve à casta de professores para impor as políticas dos capitalistas e seus governos. A aprovação em assembleias massivas da bandeira do GOVERNO TRIPARTITE, SUBORDINADO À ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA e DISSOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO expressam a impossibilidade de conciliar os interesses da casta burocrática no poder com os dos estudantes em luta pelas reivindicações. É necessário que a Anel assuma a bandeira do governo tripartite e da assembleia universitária. Como parte da direção do DCE da USP, a Anel foi responsável por não cumprir a decisão da assembleia quanto à bandeira de governo tripartite. A partir dessa Assembleia Nacional, a Anel deve desenvolver a discussão dessa bandeira nas demais universidades e impulsionar a luta dos que estudam e trabalham pelo controle coletivo da universidade,

arrancando-a das mãos da burguesia e seus governos.

Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e seus governos

Está em desenvolvimento o movimento que se levanta contra a gastança governamental para a realização do evento que exclui a grande maioria e é feito com recursos que são cortados na saúde, educação, moradia etc.

A Anel deve discutir a aprovar a participação nesse movimento, que tem de ultrapassar os limites do protesto de desgaste dos governos e se apoiar nas reivindicações concretas que levantam os movimentos sociais em oposição à gastança da Copa para, por meio da mobilização massiva, impor aos governos seu atendimento.

Trata-se de indicar na Assembleia Nacional uma representação da Anel para fortalecer a organização do movimento; levar às universidades essa discussão, chamando as assembleias de base para que se multiplique a mobilização ao redor das reivindicações concretas, que as assembleias de base indiquem representantes para a organização do movimento e aproveem a participação organizada nas manifestações.

Combater a repressão com a mobilização

Os movimentos sociais têm sido vítimas da repressão governamental, que tem se intensificado e indica mais medidas autoritárias, como as leis da copa e antiterrorismo.

A repressão é usada para destruir os movimentos que se levantam. Processos e prisões políticas, cerco às manifestações, agressão policial, tudo para impedir que as manifestações avancem pelas reivindicações.

É preciso responder conjunta e unitariamente à repressão. A resposta coletiva nos campos jurídico e político se impõe como necessidade. A defesa de todos os manifestantes é dever revolucionário. A mais ampla democracia operária na organização dos atos e o impulso aos organismos de defesa contra a repressão, tais como os Comitês contra a Repressão devem ser aprovados. É necessário que esse plenário da Anel decida por se integrar no Comitê contra a Repressão já organizado em São Paulo, que o impulse para se tornar um organismo vinculado às bases em luta e que o popularize.

Unidade dos movimentos em marcha

A restrição orçamentária à educação tem sido imposta pelos governos. Em São Paulo, pode levar a uma greve de todas as estaduais. Cabe à Anel apoiar os movimentos que já se levantaram em luta e impulsionar a unificação nas demais universidades. Convocar as assembleias gerais e discutir como conquistar essa unidade nas reivindicações, métodos de luta e organização.

Conjuntura Nacional e Internacional

Sabemos que os problemas da universidade estão ligados aos problemas mais gerais do país e do mundo. A Anel deve discutir e aprovar resoluções quanto a isso.

Internacional: Ucrânia e Venezuela

A Ucrânia sofre, de um lado, com o golpe contrarrevolucionário e pró-imperialista apoiado na insurgência de um setor das massas, principalmente da pequena burguesia, encabeçado por nacionalistas direitistas e até nazistas, e, de outro, pela pressão da Rússia pela anexação de parte do país e preservação de seu domínio (opressão nacional). Trata-se de defender a autodeterminação do país. Para isso, é necessário defender que os operários e camponeses de toda a Ucrânia se unifiquem em torno do programa histórico de uma Ucrânia Soviética de Operários, Camponeses, Unida, Livre e Independente. Somente a organização da classe operária por um partido revolucionário poderá derrotar as forças imperialistas que estão dividindo o País para o manter submetido. A Anel deve aprovar uma resolução com esse conteúdo

Diante do agravamento da crise na Venezuela, a Anel deve se colocar pela derrota das forças pró-imperialistas que emergem nas mobilizações estudantis de classe média. Mas deve se colocar pela defesa de constituição de um governo operário e camponês. A Venezuela e seu governo nacionalista estão acossados pelo cerco dos Estados Unidos. A resolução aprovada na Unasul de constituir um árbitro para o conflito deve ser rechaçada como intervencionista. A Anel deve levantar a bandeira de autodeterminação da Venezuela. Somente o povo venezuelano pode decidir sobre a permanência ou a derrubada do governo de Maduro. É necessário que a Anel, portanto, se coloque pela independência da classe operária diante das forças burguesas em disputa em torno do poder e defenda a via revolucionária de constituição de um governo dos explorados, que é o governo operário e camponês.

Brasil: crise e eleições

A crise econômica avança no país. É preciso preparar a resposta das massas ao avanço da crise, que tende a trazer desemprego e miséria. A defesa de um plano nacional de reivindicações - encabeçado por bandeiras como o SALÁRIO MÍNIMO VITAL, ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS, ESTABILIDADE NO EMPREGO, ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO - é o ponto de partida para organizar um movimento geral dos explorados contra as medidas de ataque dos patrões e governos. As jornadas de junho mostraram o caminho das ruas e a vitória dos garis no Rio só foi possível porque estes se lançaram à defesa inflexível do método da greve e da ação coletiva. A Anel deve aprovar uma resolução de enfrentamento da crise econômica e que vincule os estudantes à classe operária e aos demais explorados.

Nas eleições, cabe aos partidos que se reivindicam dos explorados organizar uma intervenção pela base, a partir de amplas plenárias e assembleias, que discutam e aproveem um programa classista e candidaturas que estejam condicionadas pelo programa e pelas decisões coletivas. A Anel deve rejeitar as frente eleitorais que resultem de acordos aparelhistas e oportunistas das correntes de esquerda. Deve aprovar uma resolução de intervir nas eleições para combater os partidos da burguesia, demonstrar para as massas que as eleições são o campo de dominação da classe capitalista e levantar um programa que expresse a estratégia da revolução proletária.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

O governo Haddad/PT não atenderá as reivindicações dos trabalhadores em educação

Os trabalhadores da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo fizeram sua primeira assembleia no dia 18 de março, dando início à luta por melhores condições salariais e de trabalho. Em unidade com outros sindicatos do funcionalismo municipal, reunidos no Fórum das Entidades Sindicais, foi entregue ao governo Haddad/PT a pauta de reivindicações unificada, que conta com seis itens: 1) valorização dos pisos remuneratórios, com incorporação aos padrões de vencimentos dos abonos complementares e suplementares de pisos; 2) reajuste nunca inferior à inflação e aumento real de salários; 3) alteração da lei salarial, que fixa em 40% das receitas líquidas da Prefeitura as despesas com pessoal, elevando este percentual para, no mínimo, 54%; 4) não à transformação da remuneração dos servidores em subsídios; 5) fim das terceirizações e 6) isonomia entre ativos e aposentados.

O governo, como sempre, procurou enrolar os trabalhadores criando várias mesas de negociação, que culminaria com uma resposta definitiva apenas no dia 18 de abril. No entanto, a assembleia não aceitou este calendário, pois conhece muito bem as manipulações do governo petista, e deliberou para o dia 04 de março uma nova assembleia. A diretoria do Sinpeem (Sindicato dos Professores Municipais de São Paulo), dirigido pela corrente Compromisso e Luta, de Cláudio Fonseca/PSB, propôs o dia 09 de abril, praticamente concordando com o calendário oficial. Porém, abriu mão do dia, “pela unidade”, e aceitou o calendário da Oposição. A **Corrente Proletária** defendeu que a data correta seria a do dia 28 de março. Argumentou que a classe não deveria depositar nenhuma confiança nas promessas do governo e que deveria estar em unidade com os professores do estado que fariam sua assembleia no mesmo dia. Abriu mão de sua proposta pela unidade da Oposição.

Atenção ao golpe da Diretoria

Durante a assembleia, a Diretoria Majoritária concordou em marcar a próxima paralisação para o dia 04/03. No entanto, em seu site oficial, o Sinpeem informa que a data aprovada é apenas indicativa e que irá passar pelo Fórum das Entidades Sindicais, no dia 01 de abril, para depois decidirem se a data, deliberada pela classe, será confirmada. Ou seja, esse hábito de passar por cima das deliberações coletivas já é prática do caudilho Cláudio Fonseca. Na greve de 2012 fez o mesmo. Foi obrigado a sair escoltado pela polícia, pois os trabalhadores, enfurecidos com a traição, queriam linchar a burocracia. Caso o governo acene com algumas migalhas, os burocratas aceitarão e tentarão manobrar para que a classe também aceite.

Posição do Governo

Como já foi dito, o governo Haddad/PT se utilizou, novamente, da enrolação para impedir que a classe se organize, ou seja, que delibere pela greve. São as mesas de negociação intermináveis, os calendários longos. Mas a real intenção é desmobilizar os trabalhadores. Tanto que, um dia depois da assembleia, fez chegar a todas as escolas da rede municipal o jornal da secretaria (SMEinforma), estampando na primeira página a notícia de que “educadores terão aumento de 13,43% em 2014”. O que o governo não informa é que esse percentual já está sendo recebido pelos trabalhadores, fruto das conquistas da greve de 2010. Ou seja, esse valor é referen-

te a um acordo de 2010 de pagamento de perdas e que foi dividido em quatro parcelas. Esta é a última que deveria ser paga (governo Kassab/PSD). Sendo assim, este valor já está corroído pela inflação. Além disso, há mais 3,68% de pagamento de perdas arrancado na greve de 2013. Portanto, esses índices não devem ser parte da pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano. O petista Haddad nos deve 46%. Porém, tanto o governo quanto a diretoria do Sinpeem estão se utilizando desta falácia para evitar a paralisação da rede. O governo, por ser período de eleição para os governos estadual e federal, onde seu partido concorre em São Paulo. A diretoria do Sinpeem, por ser período de eleição para diretoria e qualquer deslize em um possível movimento grevista, a classe não perdoaria. Como se vê, a classe deve agir de forma independente da diretoria do sindicato e do prefeito.

Situação dos Trabalhadores em Educação

Os trabalhadores em educação do município de São Paulo passam por difíceis condições de trabalho e salário. São salas superlotadas, poucos recursos para o trabalho cotidiano, violência e indisciplina (fruto da desigualdade social), autoritarismo das direções, etc. O salário da maioria é baixo. O piso atual de um professor com 30 horas semanais, em início de carreira, é de R\$ 1.900,00. Com os adicionais (auxílio transporte e vale alimentação) chega a R\$ 2.400,00. Ou seja, esse valor não permite que uma família de quatro pessoas possa viver bem. Para isso, o professor passa a percorrer várias redes de ensino para compor um salário melhor. Assim, o adoecimento, as licenças médicas, as faltas são constantes. É a precarização física e mental do trabalhador.

Além de todos esses problemas, o governo iniciou a implantação de um sistema de controle (Sistema Geral de Planejamento-SGP) que tem como finalidade vigiar o professor em seu planejamento. Na verdade, é uma forma de controle do que se ensina, mas não do que se aprende. Esse sistema não vem para resolver a crise que se encontra a educação, pois, no capitalismo, a educação é de classe e atende aos interesses da burguesia como classe social que controla os meios de produção. Apenas aumenta o desgaste do professor e exige que trabalhe fora do horário de aula, sem que seja remunerado por isso. É a brutal superexploração do trabalho no governo petista.

Resposta do Governo

O calendário criado pelo governo e, prontamente aceito pela burocracia sindical, não foi respeitado. Segundo o próprio site do Sinpeem, nas reuniões do dia 24/3 (com as entidades da educação) e do dia 25/3, expressou o blefe da secretaria. A reunião do dia 27/3 foi cancelada. Como se vê, o PT sabe muito bem como não houve nenhuma negociação da pauta unitária. Isso prova que o governo não pretende negociar nada!! Mesmo assim, os sindicatos mantiveram o calendário de 01/04 para decidir sobre a próxima assembleia.

Desta forma, o dia 04 de abril não pode ser manipulado pela burocracia e muito menos pelo governo. As precárias condições de trabalho e salário são o que movimentam os trabalhadores da educação, em unidade com o funcionalismo municipal, na luta contra a exploração e a preparação de uma greve massiva e por tempo indeterminado.

Bahia

Eleições para o reitor na UFBA. Em defesa do governo tripartite (representantes dos estudantes, professores e técnico-administrativos)!

Neste ano, ocorrerão as eleições para os cargos de reitor e vice-reitor. Alguns pré-candidatos já se apresentaram e a corrida eleitoral já começou.

Os reformistas e estalinistas (PT e PCdoB) buscam lançar um candidato que cumpra abertamente as determinações do governo federal para a universidade pública. Que mantenha e fortaleça o REUNI, a EBSEERH, as fundações privadas, etc. Ou seja, que organize a destruição e a privatização da universidade pública.

As correntes de esquerda (PSTU, PSOL, PCB) buscam um candidato que possa rivalizar com o candidato governista e que forme uma gestão mais democrática, mais aberta para a discussão com o movimento estudantil.

O POR defende a bandeira de UFBA sem reitor por caracterizar a burocracia universitária como representante da burguesia e seus governos no interior da universidade. Esta burocracia é formada por uma casta privilegiada de professores que recebem altos salários para aplicar a política privatista dos governos burgueses para a educação pública.

Não é possível uma reitoria “democrática” como pregam as demais correntes de esquerda. A falta de democracia começa já

Bahia

Direção da APUB boicota a paralisação em defesa da educação do dia 19/03

A direção da APUB ficou completamente indiferente ao dia nacional de paralisação das IFES, dos Servidores Públicos Federais (SPF) e da Educação Básica em todo país, realizada no dia 19 de março. Tamanho é governismo da direção da entidade, o burocratismo e indiferença em relação à categoria docente, que sequer respondeu ao ofício encaminhado pela oposição com pedido de convocação de uma assembleia que definisse pela paralisação do dia 19/03, discutisse campanha salarial e a atualização da pauta local, dentre outras questões de interesse da categoria.

Mesmo sem ter sido feito uma ampla mobilização na UFBA, a Oposição à direção da APUB, da qual faz parte a Corrente Proletária na Educação (universidade), do Partido Operário Revolucionário (POR), juntamente com outras correntes e independentes, realizou uma panfletagem e uma plenária no dia da paralisação para discutir as condições de trabalho da categoria e uma pauta de reivindicações. Conseguimos, por exemplo, paralisar as atividades no turno da manhã na Faculdade de Educação (FACED-UFBA). No turno vespertino, foi realizada a plenária no auditório de Arquitetura, organizada pelo POR, PSTU e independentes que têm atuado no campo da oposição sindical à direção da APUB. A atividade contou com a participação de mais de 40 professores, dentre eles dois possíveis candidatos a reitor, querendo ampliar o arco de apoio às suas candidaturas.

Foram dados os informes do 33º Congresso do ANDES-SN ocorrido em São Luís do Maranhão nos dias 10 a 16 de feve-

nas eleições, onde os estudantes, maioria da universidade, têm um menor poder de decisão que os professores, minoria na universidade. A real autonomia universitária não será concedida pela burguesia porque esta necessita de um total controle da universidade para colocá-la de acordo com os seus interesses econômicos.

A luta pela autonomia universitária é parte da luta do proletariado contra a burguesia. Os estudantes, funcionários e professores em aliança com o proletariado podem impô-la aos governos burgueses. A autonomia universitária é a autonomia diante do Estado. Caberá a este apenas o financiamento integral da universidade pública. Tudo que diz respeito à comunidade universitária deverá ser decidido pela própria comunidade e não por um agente externo, como o governo.

Esse é o fundamento da nossa defesa da bandeira de UFBA sem reitor. A direção universitária compatível com a autonomia só pode ser o governo tripartite. Este governo estará submetido à assembleia geral universitária, será eleito com voto universal e terá seu mandato revogável.

Chamamos os estudantes a lutar pelo governo tripartite, única forma de defender a verdadeira democracia na universidade.

reio, apresentado o quadro de mobilização dos demais servidores públicos federais, das sessões sindicais das Instituições Federais de Ensino Superior e das unidades da UFBA. Após os informes, foi feito um debate sobre a conjuntura. Em seguida, foi exposta a situação das perdas salariais resultantes da inflação, mesmo com os reajustes estabelecidos pelo governo.

Não foi possível fazermos a discussão sobre a atualização da pauta local, devido ao diminuto tempo restante à plenária, impossibilitando o aprofundamento do referido tema. Foi destacado também que a pauta local foi aprovada em assembleia e as possíveis atualizações devem ser submetidas às assembleias convocadas para este objetivo. Assim, o debate a ser feito na próxima plenária deverá levantar elementos que contribuam com sua atualização, que só ocorrerá na instância deliberativa apropriada.

A plenária aprovou os seguintes encaminhamentos: elaborar um material de divulgação, que contemple uma planilha com as nossas propostas iniciais em 2012, as do PROIFES e os ganhos obtidos; elaborar um material próprio sobre a campanha salarial, na forma de um boletim específico a ser panfletado nas unidades da UFBA; comissão de mobilização para desenvolver um trabalho na base; enviar representantes para a reunião do setor das federais das IFES que ocorrerá no final de março; pressionar a direção da APUB para a realização de uma assembleia com o tema da campanha salarial e da atualização da pauta local, na forma de coleta de assinaturas para sua autoconvocação; responder os informativos eletrônicos enviados pela APUB; foi aprovada uma moção de repúdio à diretoria da APUB por não

responder a solicitação de convocação de assembleia geral dos docentes; reunião da comissão de mobilização no dia 25/03 em IGEO; e uma plenária de atualização da pauta local em Arquitetura no dia 27/03 no auditório de Arquitetura

O POR participou ativamente da construção da plenária, interveio, panfletou o boletim nacional da Corrente Proletária

Bahia

POR realiza debates sobre os 50 anos do Golpe Militar

O Partido Operário Revolucionário (POR) tem realizado nos estados em que atua debates sobre os 50 anos do Golpe Militar de 1964. Além disso, tem participado das atividades organizadas pelas entidades e movimentos sociais. Publicamos também uma edição especial do Jornal Massas com um conjunto de matérias sobre os principais acontecimentos antes, durante e depois da Ditadura Militar, mostrando o fracasso dos governos nacionalistas anteriores ao Golpe de 1964, particularmente o Governo de João Goulart, que, mesmo apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) estalinizado, não conseguiu realizar as chamadas reformas de base, resolver as tarefas democrático-burguesas pendentes, nem muito menos atender às reivindicações das massas do campo e da cidade.

O Golpe Militar de 1964, apoiado ativamente pelos Estados Unidos, teve como objetivo não só centralizar as frações burguesas em torno do Estado, mas sufocar por meio da repressão, tortura, prisões, desaparecimentos e expurgos a luta de classes e as organizações de esquerda. Entretanto, apesar de momen-

Campina Grande-Paraíba

Reitor violenta decisão da comunidade e pisoteia a autonomia ao privatizar HUs com canetada

Sem conseguir convencer a comunidade universitária, que se manteve firme na luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) até mesmo com as chantagens e promessas ilusórias, o reitor Edilson Amorim apelou para a repressão pura e simples. No dia 18/03, chamou seguranças, polícia militar e federal para reprimir os estudantes e, no dia 26/03, assinou monocraticamente a adesão da UFCG à Ebserh.

Depois de muita luta, em 2012, o movimento de estudantes, professores, funcionários e militantes da saúde pública conseguiu reverter a decisão monocrática do ex-reitor, Thompson Mariz e forçou o Colegiado Pleno a respeitar a decisão da comunidade, levando à rejeição da privatização por 36 votos a 4. Na ocasião, a votação se deu às vésperas das eleições para a reitoria, fator importante na divisão interburocrática que levou os conselheiros a terem mais medo de suas bases.

Desde então, o reitor não deixou de conspirar pela privatização. Dificultou a vida dos HUs, sabotando seu funcionamento, contingenciando a contratação de pessoal a mando do MEC e governo federal. Depois de duas reuniões em que tentou pautar a rediscussão e não conseguiu, finalmente realizou-se o Colegiado Pleno de 18 de março. O movimento, coordenado no Fórum em defesa do SUS, atuou priorizando a mobilização da comunidade. Convocou assembleias unificadas, de estudantes, professores e funcionários em todos os campi, culminando com uma Assembleia Geral no dia 17, no campus de Campina Grande. Apesar de ter havido mobilização, ainda é necessário avançar no convencimento de que a comunidade deve participar ativamente da decisão dos rumos da universidade. O mais importante foi

na Educação - setor universidade, vendeu materiais e folhetos do balanço do 33º Congresso do Andes e o Jornal Massas. O objetivo é organizar, mobilizar e avançar na luta da categoria, em articulação com o conjunto dos servidores públicos e estudantes em defesa da educação públicos contra as medidas de ataque dos governos federal e estaduais.

taneamente obter êxito nesse objetivo, enfrentou em seguida um ascenso da luta de classes na segunda metade da década de 1970, com a eclosão de greves no ABC paulista e retomada da organização política em todo o país. Passadas várias décadas, observamos a impotência da chamada redemocratização em por fim aos fundamentos do Estado policial, à tortura, à violência policial e punir exemplarmente os algozes da classe operária no Brasil. A lição é que apenas a tomada do poder pelo proletariado e demais explorados por fim à ditadura de classe da burguesia.

Por isso, nos 50 anos do Golpe Militar, o POR realiza vários debates. No dia 28 e 29 de março, ocorre uma formação política em Campina Grande-PB por meio do Jornal Massas especial. No dia 02 de abril, realiza-se um debate em Fortaleza-CE. No dia 05 de abril, ocorre um debate sobre a Ditadura Militar em Salvador-BA. Em São Paulo, haverá um debate no dia 30 de março. As atividades se estendem pelos demais estados em que intervimos.

a adoção desta bandeira por parte de uma vanguarda docente, que trabalhou por sua concretização e chegou a reconhecer que este organismo deve fazer parte das futuras lutas e que sua existência questiona o poder da casta burocrática.

No Pleno, o movimento insistiu que a decisão de 2012 deveria ser respeitada e cumprida. A mobilização ocorreu do início ao fim, com palavras de ordem contra a mercantilização da saúde e pelo respeito à autonomia. A reunião ocorreu no auditório do Centro de Extensão, que ficou lotado de manifestantes contra a Ebserh. Na votação sobre a rediscussão, houve dúvidas sobre a contagem e o movimento exigiu a contagem nominal, momento em que o reitor cancelou a reunião. Ao sair de lá, o reitor foi seguido por manifestantes que gritavam palavras de ordem. Houve uma ocupação espontânea da reitoria com a exigência de que ele não fizesse a adesão monocrática, como já vinha ameaçando. O reitor recorreu a seguranças armados, sem identificação, que agrediram estudantes. Chamou a polícia militar que, ante o coro de "fora PM", foi expulsa. O reitor se comprometeu a dar uma resposta até as 17h, mas uma hora antes tentou sair da reitoria, sendo impedido. O procurador federal de CG veio à reitoria para uma reunião, sendo acompanhado por policiais federais e militares e o reitor transferiu uma reunião com as entidades para o dia seguinte. O Fórum em defesa do SUS aprovou imediatamente uma nota de repúdio à criminalização da luta contra a Ebserh.

No dia 26/03, o reitor finalmente assinou a adesão. Recebemos a notícia em meio a uma mobilização no RU. Imediatamente o reitor evacuou a reitoria e convocou reforços. Escondeu-se como um rato. Não caímos na provocação de fazer

imediatamente uma ocupação, que isolaria a vanguarda. Houve reunião estudantil e mais tarde reunião do Fórum em que foram organizados os próximos passos da luta, o que inclui passagem em salas, acampamento com mobilização em frente à reitoria e construção de uma paralisação total na próxima semana, que deve ser aprovada nas assembleias das categorias.

O reitor se divorciou completamente da comunidade universitária, ainda tem como suporte a burocracia universitária, que mesmo rachada ainda lhe dá uma maioria submissa no

Este texto foi publicado no Boletim n.2, de 19/03/2014 da Corrente Proletária na Educação – Universidade, que tem tem o objetivo de organizar uma fração revolucionária no movimento docente.

Lições das lutas contra a Ebserh

Desde seu surgimento, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) tem encontrado resistência e dificuldades para ser implementada. A expectativa do governo era de rapidamente se impor nos 47 Hospitais Universitários do país, até o momento conseguiu firmar contrato em 23. Restando 24 que não aderiram à empresa. Destacam-se as UFPR e UFCCG, que recusaram esta adesão, tornando-se alvos de muita pressão tanto do governo federal como das burocracias universitárias. A UFRJ, com 8 HUs também têm sido exemplo de resistência à adesão. Em muitos locais, para impor a privatização, a reitoria recorreu a golpes, adesões monocráticas, agressões a sindicalistas, prisão de estudantes e outras manobras autoritárias.

A EBSEH foi gestada pelos órgãos imperialistas, transformada em MP por Lula em 31/12/2010 e reeditada por Dilma em 2011. Sob o pretexto da solução aos contratos precários dos 26 mil trabalhadores terceirizados revela-se a entrega a gestão dos HUs a uma empresa pública de direito privado que precariza o contrato dos trabalhadores, prejudica a formação discente, deforma a pesquisa, entrega o patrimônio público, cria convênios e institui a dupla porta de entrada, em que quem pode pagar tem prioridade.

Podemos extrair alguns ensinamentos desta luta:

1- Burocracia é aliada dos governos

As burocracias universitárias, em especial os reitores, são os maiores aliados do governo federal na entrega dos HUs à iniciativa privada. Pisoteiam até mesmo o ordenamento jurídico burguês e os burocráticos Conselhos Universitários, ao recomendarem a adesão monocrática, mostrando o quanto esta política dilapidadora dos hospitais-escola beneficia apenas uma ínfima minoria de burocratas e capitalistas.

Há forte ilusão de grande parte do movimento docente em reformar a burocracia com candidatos a reitor vindos do movimento sindical. Esta ilusão deve ceder lugar à luta pela destruição da burocracia universitária. Por ser uma minoria em defesa de privilégios de minoria, a burocracia universitária necessariamente é autoritária. Porém, se divide na disputa por verbas e privilégios. As disputas interburocráticas são o terreno das negociações, acordos de cúpula e acomodação de interesses carreiristas. Os conselhos superiores não expressam de fato a comunidade universitária, mas sim as políticas governamentais. A comunidade deve se expressar na Assembleia Geral Universitária, onde professores, estudantes e funcionários deliberam sobre os rumos da universidade por meio do voto universal.

2- A luta se projeta como defesa da autonomia e democracia universitárias

Ante os ataques da reitoria e governo, a luta contra a privatização dos HUs deve estar de mãos dadas com a defesa da real autonomia universitária, entendida como autogoverno da comunidade universi-

colegiado pleno. A intervenção do POR tem sido destacada em sua combatividade e organização. Defendemos que a luta contra a Ebserh é parte da luta contra a política privatista de Dilma para a saúde e educação. Defendemos o método da ação direta e questionamos a estrutura de poder autoritária ao contrapor o poder da burocracia ao autogoverno da comunidade que deve se expressar na concretização da Assembleia Geral Universitária. É hora de avançar na radicalização e superar qualquer ilusão no judiciário ou na via institucional.

ilusão no judiciário ou na via institucional.

tária. Por isso, é preciso que a vanguarda combativa do movimento docente abandone os privilégios corporativistas e defenda o fim do reitorado, com a substituição pelo governo tripartite de estudantes, professores e funcionários, assentado na soberania da Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis. Só assim, a autonomia poderá ser exercitada e as políticas governamentais poderão ser barradas.

3- Apego à via jurídica leva à derrota

O judiciário é parte do Estado burguês. Suas leis refletem contradições e pressões da luta de classes, mas sua essência é a dominação de classe fundada na manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Há disputas em seu interior, como a Ação direta de inconstitucionalidade contra a Ebserh impetrada pela Procuradoria Geral da União e a atuação de alguns procuradores, mas isto não pode substituir a ação direta. Afinal, se há algo que possa beneficiar minimamente os explorados, seu ritmo é lento e, geralmente, no final leva a derrotas. Por exemplo, a Adin contra as OSs tramita há 14 anos. Quando há alguma vitória, ela é ganha decisivamente nas ruas. Devemos confiar em nossas próprias forças, unificando a comunidade universitária com os demais explorados e oprimidos. Para isso, é fundamental adotarmos a via da ação direta, os métodos operários das greves, piquetes, marchas, ocupações, etc.

4- Unir efetivos e temporários em uma só luta

O movimento sindical abandona os trabalhadores terceirizados. O concurso público, que já serviu para impedir as indicações políticas, hoje é manobrado pelos governos como forma de fragmentar categorias, e justificar meritocraticamente o desemprego de uma parcela dos trabalhadores. Para unificar efetivos e terceirizados, devemos adotar a bandeira de efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos. Nenhuma demissão!

5- Política de privatização mais geral exige resposta programática

A educação é parte da sociedade capitalista em crise. A Ebserh é parte das medidas de mercantilização e desnacionalização da saúde e educação. A luta contra esta medida faz parte da oposição revolucionária ao Governo Dilma, que privatiza portos, aeroportos, rodovias, destrói a previdência pública, amplia o corte das áreas sociais para drenar cada vez mais recursos para os juros da dívida, entregues aos banqueiros. É parte da luta contra a privatização e precarização da educação, que se dá por meio do Prouni, Fies, Proies, Reuni, PNE, etc. *Por isso, devemos ter uma resposta programática de expropriação da rede privada de ensino e saúde, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde público, gratuito e sob controle operário e de educação público, gratuito, científico, sob o controle dos que estudam e trabalham.*

Rio Grande do Norte

Greve da saúde derruba arrogância do Secretário

A categoria no seminário demonstrou nas intervenções que entendia que apenas por meio da luta poderíamos conseguir nossas reivindicações. Agora, na greve, esse desejo foi materializado em disposição de luta. Apesar de todos os problemas que enfrentamos em nossas unidades de trabalho para participar da greve, estamos saindo e fazendo presente nos movimentos.

A greve começou forte! O secretário de saúde, que não queria mais nos receber, foi obrigado a nos atender e discutir nossa pauta. Apesar da greve ser apenas em Natal e Grande Natal, esta fez com que a arrogância do secretário fosse minada, mas ainda temos de avançar e construir a greve no interior e fortalecer mais ainda nossa luta nesse momento.

Nenhum tempo mais para o governo! Chega de enrolação!

O governo Rosalba/DEM ainda está tentando ganhar

Direção da Aduern não faz campanha salarial de 2013

A Direção da ADUERN (PT e “independentes”) enterrou a campanha salarial de 2013 da categoria. Sob o argumento de que só pode fazer campanha salarial depois de passar as datas acordadas com o governo estadual do DEM da campanha salarial de 2012, que dividiu o mísero aumento de 24% em três vezes, ou seja, depois de maio, a direção se negou a encaminhar a campanha salarial de 2013.

Provavelmente, enterrará a campanha salarial de 2014. Em maio, quando for realizar assembléia da categoria, dirá que a copa desfavorece ao movimento. Depois da copa, como é ano de eleição, usará o argumento do impedimento legal do governo conceder aumento salarial para justificar nenhum movimento paredista. Assim, passarão dois anos sem campanha salarial.

A política da direção de se negar a fazer campanha salarial anual da categoria, prendendo-se aos acordos anteriores com o governo, demonstra um movimento sindical conformista, adaptado à ordem burguesa. Passou-se já a época em que os militantes do PT reconhe-

tempo. Transformou o acordo do fim da greve de agosto de 2013 em PL e agora fica ganhando tempo em encaminhá-lo para a Assembleia Legislativa, estamos no nono dia de greve e o que fizemos praticamente? Esperamos o governo encaminhar o PL para a assembleia! Ficaremos assim até quando?

O PL foi acordo da greve de 2013, ou seja, nossa greve de 2014 não está submissa a aprovação do PL. Estamos nessa greve pelas seguintes reivindicações:

Fim da privatização da saúde pública

Por melhores condições de trabalho

Por 12% de reajuste do piso salarial

E por isonomia salarial dos servidores

Nessa última semana, notamos nas atividades a ausência dessas reivindicações e achamos necessário reafirmá-las em todas atividades da greve.

ciam as campanhas salariais anuais e que os acordos com os governos eram referentes a campanhas anteriores, podendo os trabalhadores iniciar seus movimentos nos anos seguintes. Evidentemente que os governos, tentando retaliar os movimentos, iriam querer justificar o não pagamento dos acordos anteriores devido ao movimento atual. Mas isso se dava sob a égide da repressão governamental e não como se o governo estivesse com razão.

As campanhas salariais são anuais. Portanto, não têm relação com a outra no ano seguinte. O PT deixou esse entendimento na medida em que foi se adaptando ao regime burguês.

A Corrente Proletária na Educação/POR, oposição revolucionária, irá desenvolver uma campanha de pressão sobre a direção para que convoque imediatamente uma assembléia da categoria para iniciar a campanha salarial de 2014 com luta. Várias categorias estão em greve no Estado e a direção da Aduern está fazendo um favor ao governo do DEM retirando os trabalhadores da UERN da luta conjunta do funcionalismo estadual.

Rio Grande do Norte

Corrente Proletária Estudantil faz estudo e planejamento

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um estudo do Programa da Corrente Proletária Estudantil (CPE) com objetivo de formá-la. A CPE é composta de alguns estudantes do Comitê de Luta pelo Voto Universal que compreenderam a necessidade da organização e propaganda das ideias revolucionárias na UERN. Na ocasião, foi realizado o planejamento de intervenção da Corrente.

O evento iniciou-se com o membro do POR explicando o que era, o objetivo e a relação da CPE com o POR. Depois foi lido e discutido ponto a ponto do Programa da CPE que se encontra na Revista Proletária da Educação. A CPE é a organização paralela do POR no seio dos estudantes, no caso universitário. Seu objetivo é a propaganda revolucionária na universidade, como também dotar o movimento estudantil de uma direção capaz de dirigir as entidades para a luta contra o capitalismo. Aos melhores elementos da CPE é proposto sua organização no POR. A CPE é a organização do POR entre os estudantes e ao Partido ela está submetida. Mesmo assim, o POR preza pela discussão coletiva com os membros da CPE uma vez que há acordo

programático sobre as ideias do Partido para o setor estudantil.

As principais atividades da CPE para o próximo semestre será a campanha sobre os 50 da Ditadura Militar, a participação nas eleições do DCE, a realização da calourada em Pedagogia e a oposição a direção do CA deste curso, além de outras atividades.

A campanha contra a Ditadura Militar é importante em virtude do avanço de leis que aprofundam o Estado policial brasileiro. Além disso, assimilar os erros do estalinismo em seu reformismo nacional-desenvolvimentista, ajuda a entender parte dos erros do PT em querer reformar o Estado capitalista em prol dos trabalhadores aliados com setores da burguesia. O PT, tendo o PCdoB como seu aliado, além do mais, foram incapazes de julgar e punir os torturadores. Sua Comissão da Verdade foi mutilada até o ponto de submeter-se aos torturadores militares. Não é possível, sob o comando da burguesia, julgar os crimes de classe dos militares. Somente os Tribunais Populares acertarão contas com os torturadores civis e militares que realizaram crimes em prol da manutenção do sistema capitalista (burguês).

A CPE tentará montar chapa para as eleições do DCE. A direção atual da Entidade (Juventude do PT) não realizou nenhuma luta dentro da Universidade. Ocupada com o seu eleitoralismo, toda luta encaminhada na sociedade mossoroense, teve como objetivo fortalecer personalidades do PT visando as eleições desse ano. A entrada do PT

na prefeitura do PSD em Mossoró, arrefeceu de vez essa luta, anulando totalmente os esforços petistas de organizar e dirigir qualquer movimento de trabalhadores. A CPE organizará uma chapa para denunciar essa situação e dotar os estudantes de uma alternativa revolucionária para a direção do DCE.

Lançado livro do Programa do POR em Fortaleza

No dia 27 de fevereiro, foi lançado o livro "Programa do POR" no prédio da Arquitetura da UFC. O lançamento contou com a presença de professores, estudantes secundaristas e universitários, trabalhadores agentes saúde e dos Correios.

O Programa do POR foi aprovado no XII Congresso Nacional do partido, realizado dias 11 e 12 de janeiro em São Paulo. É a atualização do anterior programa, datado de 1993 e enriquecido com as experiências dos últimos anos sobre a chegada do reformismo petista ao poder, as cisões aparelhistas nas organizações de massa e a maior penetração do partido marxista-leninista-trotskista nos movimentos sociais.

Após a exposição inicial, seguiram-se debates sobre a ca-



racterização do Brasil como país semicolonial, as tarefas da revolução, os métodos de luta do proletariado e a necessidade de superar a crise de direção com assimilação do socialismo científico.

O novo programa é o resultado da incansável labuta da militância porista em construir o programa que revele as leis de transformação históricas em nosso país, a partir de suas particularidades históricas, econômicas e de classe. Partimos da premissa de que o partido é o programa. Com a atualização de seu programa, lançado agora em livro, o POR galga firmemente o caminho para a fusão do marxismo com os explorados.

Viva o Programa do POR!

Viva o trotskismo revolucionário!

Porque a LER-QI, o MNN e o PCO não aceitaram constituir uma chapa de oposição unificada ao DCE-USP?

O POR, desde a calourada, convocou todas as correntes e independentes a comporem uma chapa de oposição revolucionária ao DCE, com base em pontos que unificaram o movimento em 2013. 1) Educação públicas e gratuita para todos em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha; 2) Por um Governo Tripartite! Em defesa de uma real autonomia universitária e dissolução do Conselho Universitário; 3) Abaixo a repressão! Fora PM! Fim de todos os Processos e pelo fortalecimento do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão!; 4) Defesa da democracia estudantil – defesa da assembleia de curso e geral; 5) Defesa dos métodos de ação direta adotados pelo movimento – ocupação, greve e manifestação de rua; 6) Devolução imediata dos blocos K e L para moradia (antigos prédios de moradia estudantil que foram ocupados pela administração da reitoria); 7) Contra a copa bilionária dos capitalistas e seus governos! Um ponto que tem mobilizado uma parcela dos estudantes este ano.

Defendemos que a unidade do movimento ao redor desses pontos também se expressasse nas eleições para o DCE, como uma necessidade de retirar o PSol e o PSTU da direção, devido a sua política conciliadora com a burocracia, que tem levado o movimento à derrota.

A LER-QI, o MNN e o PCO não concordaram em constituir uma chapa unitária de oposição. A LER e o MNN convocaram suas próprias reuniões de formação de chapa. A LER publicou uma nota vetando a participação do POR e PCO, classificadas como correntes sectárias e ultraesquerdistas, e convocou o MNN e o PSTU (situação) para a reunião de chapa. O MNN marcou a sua para o mesmo dia e horário da reunião de unidade convocada pelo POR. O PCO compareceu a uma reunião, mas decidiu por não compor a chapa.

Uma chapa de unidade forçaria as correntes, em especial a LER-QI e o MNN, a se colocarem abertamente contra a atual direção do DCE. Seriam obrigados a criticar a política de democratização levantada pela direção do DCE em 2013, sob a bandeira de diretas paritárias e fim da lista tríplice. No entanto, a LER-QI e o MNN são incapazes de constituírem uma chapa de oposição ao DCE por serem incapazes de

criticar realmente a democratização, porque se constituem na sua ala esquerda defendem. A bandeira de Estatuinte, defendida pela LER-QI, e a de eleições diretas universais, defendida pela Negação, não se chocam com a atual estrutura de poder.

A unidade do movimento em 2013, que se concretizou em algumas bandeiras, foi uma unidade acima de tudo contra o reitor, contra o poder de uma minoria que controla a universidade. Manter a unidade agora em 2014 nas eleições para o DCE os forçaria a criticar uma política que defendem, a criticarem o PSTU que é visto como um aliado. Os forçaria a rever sua política.

Consequências da esquerda fragmentada

O ano de 2014 iniciou com a posse de Zago, novo reitor da USP, com cortes de verba, corte de bolsas, com o campus EACH que continua contaminado e os estudantes sem aula, com reajuste Zero para funcionários e professores, com contratação de funcionário vetada por um ano e meio e com a pressão da burocracia para instalação de câmeras na unidade de humanas.

A fragmentação da esquerda significará o fortalecimento da política conciliadora do PSol e PSTU. Significará o aumento da burocratização da entidade DCE que chamou o reitor para falar aos estudantes na mesa de abertura da calourada, mas não convoca uma assembleia para que os estudantes se organizem para combater os ataques da reitoria.

A fragmentação das esquerdas significará o fortalecimento da reitoria privatista, elitista. A LER-QI, o MNN e o PCO ao se recusarem a conformar uma chapa de unidade, se voltam contra o movimento de 2013, que se chocou com a reitoria, que reivindicou fim do reitor ao aprovar o GOVERNO TRIPARTITE.

A fragmentação é uma inconsequência dessas correntes que são incapazes de travar uma verdadeira luta em favor das reivindicações mais elementares dos estudantes, por que a sua conquista necessariamente se chocará com o poder da universidade.

Nesta edição:

- Bolívia: Apreciação da situação política: Estamos no caminho correto?
- Pela autodeterminação da Venezuela
- Confirmada a divisão da Ucrânia

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Bolívia:

Apreciação da situação política: Estamos no caminho correto?

Quem determina, em última instância, a correção ou não da linha política que assume a organização revolucionária é a análise objetiva da situação política que – no presente caso – é o rumo que estão tomando as diferentes classes que compõem a sociedade. Estamos falando de uma realidade objetiva em que uma rápida mudança se desenvolve de acordo com suas próprias leis e não obedece aos desejos subjetivos de seus sujeitos ou à leitura caprichosa dos políticos e dos analistas sociais.

Também é preciso compreender que os processos políticos não se desenvolvem de maneira linear, sempre ascendente até a revolução ou sempre descendente até a derrota definitiva da classe revolucionária. Trata-se de processos contraditórios de avanços e retrocessos, de períodos de grandes saltos revolucionários ou de estancamento onde os sujeitos parecem ter retomado posições conservadoras depois da comoção social. Por outro lado, é preciso compreender que as mudanças que se produzem na consciência das massas não se dão de maneira homogênea, pelo contrário, trata-se de um processo heterogêneo e contraditório, umas camadas dão salto em sua consciência e outras permanecem presas aos seus preconceitos e seu atraso.

O POR tem assinalado que as massas, durante os últimos anos, estão superando as ilusões que a princípio tinham alimentado diante do governo indígena, no entendimento de que este, diferentemente dos governos da classe dominante, interpretaria com legitimidade suas aspirações e resolveria seus problemas mais prementes. Passaram poucos anos, os explorados tiveram de experimentar na pele que o governo indígena é apenas um circunstancial inquilino do Estado burguês e seu papel é o de defender os interesses da classe dominante nativa e das multinacionais imperialistas. Nesse sentido, rapidamente foi desmascarado como um governo burguês e acabou reprimindo os que o haviam auxiliado como seu voto a chegar ao poder.

Os setores mais radicalizados da classe média, do movimento indígena e dos trabalhadores, ao ver-se afetados em seus interesses pela aplicação da política governamental, rapidamente têm percorrido o caminho de sua emancipação política perante o oficialismo. A última greve geral em torno de uma nova lei de aposentadoria que garantisse renda que cubra

as necessidades vitais dos aposentados foi o ponto culminante desse processo de emancipação política.

Agora, quando aparece no cenário um novo fator, o eleitoral, é preciso constatar se se realizaram mudanças importantes na situação política. Se as massas têm sido novamente arrastadas pelas ilusões democráticas (a possibilidade de resolver suas necessidades e os problemas do país através do voto) ou, pelo contrário, permanecem e aprofundam o processo de emancipação política. No primeiro caso, estas acabariam sendo arrastadas pela burocracia sindical para conduzir novamente Evo Morales ao poder, com o argumento de que assim “se está fechando o caminho à direita”. No segundo, se se confirma o processo de emancipação política, os explorados mais radicalizados darão as costas à farsa eleitoral e os outros menos radicalizados, desesperados por castigar com o voto ao oficialismo, pressionarão os opositores (de direita e reformistas oportunistas) a se unirem para fazer um poderoso bloco eleitoral. No entanto, seria um erro considerar este último setor como se tivesse retornado às ilusões democráticas. Não, para ele o voto é a ferramenta circunstancial para dar uma bofetada ao odiado governo, pouco importando a natureza do instrumento que use para esse fim.

Se é correta a avaliação que fazemos, então, devemos concluir que o fator eleitoral não modificou em nada a situação política desenvolvida até agora. O que faz e o que diga a burocracia não terá nada a ver com a conduta que assumem os explorados nas próximas eleições.

O importante é partir da certeza de que o governo do MAS, no futuro, está condenado a acentuar uma política cada vez mais direitista e antioperária. Agora, com a finalidade de arrastar por trás de si os empresários nativos como base social eleitoral e ganhar a confiança do imperialismo, promulga a lei de investimentos que garante aos empresários e multinacionais realizarem investimentos com a finalidade de saquear os recursos naturais do país e a Lei da Mineração, que favorece plenamente as cooperativas, os pequenos mineradores, médios e grandes; favorece as multinacionais que têm interesse em explorar as ricas jazidas minerais do País.

(Extraído do Jornal massas 2348, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Paraguai:

Do golpe contrarrevolucionário de 2012 à greve geral de 2014

Em 22 de junho de 2012, o parlamento paraguaio destituiu o presidente Fernando Lugo. Foi imediatamente substituído pelo vice-presidente, o liberal Frederico Franco. O golpe institucional contrarrevolucionário coroava desse forma a repressão perpetrada no dia 15 de junho contra o movimento camponês sem-terra que se projetava contra as bases agrárias do estado oligárquico-burguês. A ação camponesa indicava o aprofundamento das contradições sociais acentuadas no país pela crise mundial capitalista.

Fernando Lugo foi derrubado acusado de ser incapaz de brecar as crescentes ocupações camponesas de latifúndios e resolver os conflitos. De fato, se lhe atribuiu a repressão para culpá-lo de negligência nas suas funções e criar a fachada legal para sua destituição parlamentar. O terreno estava livre para que o governo fosse ocupado pelos colorados, representantes do velho estronismo, desta vez adaptados às condições da crise mundial capitalista. O golpe anunciava uma virada reacionária da burguesia paraguaia a respeito dos métodos e meios para enfrentar as reivindicações das massas esfomeadas do país. O reformista Lugo não podia cumprir as ordens da oligarquia latifundiária e da burguesia comercial que controla grande parte da economia. Daí que um governo pró-imperialista e reacionário criaria as condições para uma rápida penetração dos monopólios.

O governo de Frederico Franco mostrou a subordinação completa ao que o imperialismo exigia. No breve intervalo que ocupou a presidência, preparou a entrada de multinacionais em condições vergonhosas para o Estado paraguaio, além da corrupção e nepotismo característico das oligarquias mais retrogradadas e entreguistas. Nas eleições de abril de 2013, venceu Horácio Cartes, empresário vinculado ao crime, que praticamente comprou o partido colorado para concorrer à presidência.

Uma vez no poder, Cartes continuou a ofensiva reacionária de Frederico Franco contra as massas. O campo foi militarizado e os assassinatos de dirigentes camponeses prosseguiram. Os sindicatos foram autoritariamente arregimentados e reprimidos as liberdades sindicais. Os salários dos funcionários públicos foram congelados e aplicados cortes na saúde e educação públicas. Aplicou-se também uma feroz ofensiva privatista nestes dois setores. Por outro lado, o crescimento econômico, baseado na estrutura agrária que combina o latifúndio com a produção agroindustrial em larga escala, entrelaçando o imperialismo e a oligarquia latifundiária nacional, contrasta com a extrema miséria dos assalariados do campo e da cidade; com o campesinato pobre e sem-terra; com as massas esfomeadas da cidade; com os 28% de sua população vivendo muito abaixo dos indicadores de pobreza e 20%, em condições infra-humanas.

Este é o cenário em que se deu a greve geral. As condições objetivas das massas e as contradições econômicas vêm se acumulando há anos. O golpe retardou a revolta popular mas não pode evitá-lo por muito tempo. Além disso, abriu-se ainda mais as portas da luta de classes. A luta camponesa de 2012 expressava a tendência mais geral do seu desenvolvimento: o

choque das massas esfomeadas contra a grande propriedade privada. A importância da conjuntura atual está em que a mobilização camponesa se combinou com a irrupção massiva dos assalariados e oprimidos urbanos. A burguesia teme a unidade de ambos movimentos. Embora o golpe não eliminasse as ilusões democráticas das massas oprimidas nos governos reformistas, a mobilização unificada pode propiciar que se passe por cima dessa fase de derrotas e desilusões.

A greve geral se inscreve nesse processo mais geral. O que chama atenção é que este movimento se impôs ao divisionismo burocrático que caracteriza tanto o movimento camponês quanto o das centrais sindicais. Somente os sindicatos vinculados ao partido colorado não aderiram em troca de conseguir benesses dentro do aparelho do Estado, o que, por seu turno, constitui motivo de novas frentes de crise ao desgastado governo de Cartes. Há 15 anos não ocorria uma greve geral no Paraguai, mas as condições da crise e deterioração das condições de existência dos oprimidos impuseram esta mobilização massiva.

Dezenas de milhares marcharam por todo o país exigindo aumento salarial e a revogação da entreguista lei de “aliança público-privado”, cuja finalidade é privatizar a educação pública. Montaram-se dezenas de piquetes e fechamento de ruas. Assalariados, estudantes e amplos setores da classe média urbana arruinada se somaram às forças unificadas. Milhares de camponeses se mobilizaram, marchando até a capital no marco da XXI Marcha do Campesinato pela Reforma Agrária e pela Liberdade aos presos de Curuguaty (onde ocorreu o massacre de junho de 2012)

Os operários industriais não tomaram massiva e organizadamente as ruas. Contudo, não demorarão em passar à atividade e a radicalizar suas lutas. A crise os levará a se colocar à frente do movimento e a expressar suas próprias reivindicações de classe, abrindo assim caminho para dar os passos de sua independência e forjar sua vanguarda. O importante é destacar que a greve foi massiva e expressou o método de luta coletivo de massas como única via para impor as reivindicações. Essa experiência se fixará na consciência das massas e será com esses métodos que se educarão os destacamentos mais avançados.

O problema para a oligarquia dominante é que as condições de existência das massas dificultam desviá-las com promessas de reformas, ainda mais por um governo que participou do golpe e que tenta liquidar as últimas conquistas trabalhistas e sociais. A massividade da paralização indica que as massas não estão mais dispostas a retroceder. Entretanto, falta ainda centralizar e unificar todas essas forças sociais que tomaram as ruas para direcioná-las sob uma plataforma única de luta. Embora estejam criadas as premissas para que a unidade do movimento caminhe no sentido de uma Frente Única, essa perspectiva ainda não foi reconhecida pelas massas devido à ausência de uma direção marxista-leninista-trotskista, que as unifique nacionalmente e as projete sob a bandeira da unidade operário camponesa e a estratégia da revolução proletária.

Pela autodeterminação da Venezuela

Somente o povo venezuelano pode resolver a crise política

Derrotar o intervencionismo imperialista

Está claro que a tendência é de agravamento da crise política na Venezuela. Os impasses da política econômica do governo nacionalista de Nicolás Maduro potenciaram a oposição contrarrevolucionária.

No final da vida, Hugo Chávez já não podia apresentar a fortaleza primaveril do que denominou de “Revolução Bolivariana” e “Socialismo do Século XXI”. Inflação alta e o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade foram e são um poderoso combustível para reerguer uma oposição que foi rechaçada pela maioria dos venezuelanos e que havia sido reduzida a cinzas.

A direita passou a se alimentar das fraquezas do regime que parecia uma cidadela. Reduzidas as possibilidades de manejo dos recursos petrolíferos, comprimidos os recursos orçamentários e espremido o País pela queda da economia mundial, as nacionalizações pagas em valor de mercado e as “reforma sociais” fartamente subsidiadas pelo Tesouro perderam sustentação. A inflação e o desabastecimento são sintomas do desarranjo geral da economia.

A classe média aturou com reservas a “Revolução Bolivariana” até o ponto em que sua comodidade foi ameaçada. A fração opositora dirigida por Leopoldo Lopez e pela deputada Maria Corina Machado (Vontade Popular) reuniu coragem para levantar a bandeira de derrubada do governo Nicolás Maduro e partiu para as mobilizações de rua. A fração encabeçada por Henrique Capriles (Mesa da Unidade Nacional) atua como uma variante institucional, servindo de cobertura à Vontade Popular.

O governo não teve outra via senão reprimir. Ambos os lados, oposição e governo, sabiam que as mortes seriam inevitáveis. Para a oposição é uma alavanca, uma vez que o governo de Maduro não tem força para esmagar o movimento de contestação. Certamente, há uma parcela significativa da população que se assombra diante do caminho que se abriu e que gostaria de uma solução pacífica. Ainda que tanto Maduro quanto Lopez possa manobrar com tal sentimento, é o governo que comparece como força repressora, e os mortos são debitados em sua conta. A oposição, assim, pode atuar em duas frentes: a das mobilizações de rua sob a bandeira de fim do governo e a institucional sob a bandeira de solução democrática (fim do governo por meio de um acordo).

Os Estados Unidos parecem convencidos de que o regime chavista está acuado e com fôlego curto. Mas também sabem perfeitamente que a oposição é rechaçada pela maioria dos venezuelanos. Por meio de seu agente panamenho, a Casa Branca tentou colocar a Organização dos Estados Americanos (OEA) como interventora, como se fosse um juiz neutro. Os porta-vozes do presidente Obama elevaram a voz da conhecida impostura dos valores democráticos, das liberdades e dos direitos humanos.

Maduro rechaçou a proposta e rompeu relações diplomáti-

cas com o Panamá (uma colônia dos Estados Unidos). Foi um ato de defesa da autodeterminação da Venezuela e não apenas de seu regime. No caso estão interligados. No entanto, aceitou uma ingerência da UNASUL. Os Estados Unidos não se opuseram. A subsecretária de Estado dos Estados Unidos para as Américas, Roberta Jacobson, considerou que não houve conflito com o objetivo da OEA.

A declaração aprovada pela UNASUL contém em essência o que pretende o governo norte-americano. É sintomática a declaração da secretária de que se “reconheceu a importância de um mediador externo”.

A substituição da OEA pela UNASUL mostrou a fraqueza do regime e sua incapacidade de defender a autodeterminação da Venezuela. Na condição de governo burguês – esse é seu conteúdo de classe, embora as posições do bolivarianismo sejam típicas do nacionalismo pequeno-burguês –, foi uma capitulação. Uma intervenção externa servirá tão somente à oposição.

Há quem ache que Maduro está manobrando em seu favor com governos simpatizantes do chavismo. Tudo indica, no entanto, que seus “aliados” não têm como justificar a repressão à direita. Vão defender maior liberdade a Lopez e Capriles. O governo do Brasil, Dilma Rousseff, não pode dar um passo a favor de Maduro, enquanto estiver reprimindo e mortes ocorrendo. A hipócrita bandeira dos direitos humanos serve a objetivos concretos quando levantada pelo imperialismo.

Não pode haver nenhuma dúvida sobre a necessidade dos marxistas de condenar a ingerência da UNASUL. É inconcebível neste caso diferenciar sua intervenção da ingerência da OEA. Constitui uma violação da autodeterminação da Venezuela.

Pode-se dizer que o fato dos Estados Unidos apoiarem materialmente e incentivarem politicamente a oposição já configura o intervencionismo. É a mais pura verdade. A ação norte-americana junto à oposição reforça mais ainda a necessidade do proletariado venezuelano e internacional de defender a autodeterminação da nação oprimida.

O movimento pela derrubada do regime nacionalista é contrarrevolucionário. Volta-se contra as massas e reata os elos da dominação imperialista que foram rompidos com a formação do regime chavista. Não se trata de caracterizar o chavismo em geral como anti-imperialista. O nacionalismo não pode ir até o fim em seu choque com o imperialismo. Está preso às relações capitalistas de produção. É o que demonstrou e demonstra o chavismo.

Essa contradição determina o esgotamento dos regimes nacionalistas. São transitórios. Acabam se sujeitando às pressões, se degenerando e caindo. O governo de Maduro não escapa a essa lei histórica. O imperialismo ianque tem muita experiência nesse sentido. As derrocadas de governos nacionalistas na América Latina se deram com a intervenção dos Estados Unidos, de uma

maneira ou de outra. No Brasil, o imperialismo instruiu, financiou e organizou uma campanha de mentiras para que a fração oligárquica das Forças Armadas desse o golpe de misericórdia no governo de João Goulart. Lembremos que fez o cerco econômico ao Brasil. É o que também está acontecendo com a Venezuela.

A secretária de Estado dos Estados Unidos para as Américas, em tom condescendente, disse que espera não ser preciso “chegar ao ponto de adotar sanções contra a Venezuela”. Mas o cerco econômico já está montado. Basta apenas arrocá-lo.

É preciso defender o governo nacionalista contra a ofensiva da direita e do imperialismo. Não pode haver nenhuma vacilação neste ponto. Mas não se pode confundir a luta anti-oligárquica e anti-imperialista com o apoio à política capitulante de Maduro e com seus métodos de Estado. A única via para derrotar Lopez/Capriles e quebrar a ofensiva norte-americana é a da revolução proletária.

A Venezuela tem de se colocar sob a direção de um governo operário e camponês. Explorados e oprimidos, unidos, porão em pé uma frente única anti-imperialista, combaterão com os métodos da luta de classes e marcharão rumo à tomada do poder do Estado. O programa proletário de expropriação da burguesia encontra boas condições para triunfar contra o conjunto da burguesia venezuelana e o imperialismo. As nacionalizações do chavismo ficaram no meio do caminho e não podem ser sustentadas na forma de um comodato com o grande capital. O proletariado poderá realizar a mais completa estatização, centralização e planejamento econômico, se apoiado em uma frente revolucionária anti-imperialista. É preciso derrotar pela unidade operária e camponesa e pela luta de massa a ofensiva do movimento contrarrevolucionário para superar o governo nacionalista burguês que perde o controle da situação.

Não tardará para que apareçam fraturas nas Forças Armadas

e para que se rompa a base popular de apoio ao regime chavista. Fiar-se na solidez da unidade dos militares e no seu sentido patriótico é enganar as massas e a si próprio. O imperialismo com certeza tem penetração nas casernas. Irá ampliá-la assim que os militares virem que o governo nacionalista não tem como solucionar a crise e pode dar lugar à luta do proletariado e do campesinato, entorpecidos pelas direções chavistas.

Somos obrigados a repetir que todo problema reside na crise de direção revolucionária. O proletariado venezuelano ainda não conseguiu organizar um partido dotado de um programa socialista. A sua vanguarda está atada ao nacionalismo. A esquerda centrista, por sua vez, não aproveitou a rica experiência deste país para constituir uma direção marxista. Ou ficaram sob a sombra do nacionalismo pequeno-burguês, ou se comportaram como democratizantes. Avessas à estratégia da ditadura do proletariado e sem um programa para a transformação da Venezuela não têm podido desenvolver uma política que leve à constituição de uma frente única anti-imperialista e à defesa da autodeterminação da nação oprimida.

O POR e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional defendem que somente o povo venezuelano pode e deve resolver por meio da luta de classes o choque entre a direita burguesa pró-imperialista e o governo chavista.

Derrotar a ofensiva da oposição oligárquica e antinacional!

Combater pela autodeterminação da Venezuela! Fora OEA!
Fora UNASUL!

Por em pé uma frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado!

Lutar pelo programa da revolução proletária! Por um governo operário e camponês!

Construir o partido revolucionário da Venezuela como parte da reconstrução da IV Internacional!

Confirmada a divisão da Ucrânia

A Ucrânia não teve como se afirmar como República democrático-burguesa, unida e independente. A sua separação da União Soviética resultou do processo de restauração capitalista. A quebra definitiva da economia de transição para o socialismo nos anos 90 implicou brutal retrocesso. Como previu Leon Trotsky, caso o proletariado não se rebelasse contra a burocracia revisionista de Josef Stálin e restabelecesse o internacionalismo por meio da revolução política, inevitavelmente o nacionalismo estalinista levaria à derrocada das conquistas da Revolução Russa.

Os acontecimentos na Ucrânia que levaram a Criméia a se submeter à Rússia restauracionista para não se submeter ao imperialismo norte-americano e europeu retratam as negativas consequências da restauração capitalista. Não se pode desvincular ou desconhecer por um só segundo que a Ucrânia está sendo desmembrada como resultado da restauração capitalista e da ofensiva do imperialismo norte-americano, ao qual segue o europeu, para retirá-la da órbita da Rússia.

O mesmo vem ocorrendo com as demais repúblicas que resultaram do esfacelamento da União das Repúblicas Soviéticas. Não pode haver dúvida de que o território ucraniano está em disputa pelas forças capitalistas e imperialistas. O Estado russo voltou à velha posição imperialista que a revolução havia destruído. Agora, não mais acossado pelo imperialismo alemão,

mas pelo norte-americano que exerce a hegemonia mundial.

A desintegração da União Soviética foi uma vitória do imperialismo contra o proletariado mundial. A burocracia estalinista, que se transmutou em burocracia francamente capitalista, é responsável pelo avanço do capitalismo sobre os países que expropriaram a burguesia, estabeleceram a propriedade social dos meios de produção e iniciaram a transição para o socialismo.

A Rússia que voltou a se integrar à economia mundial capitalista o fez como uma potência militar em decadência. Não poderia reintegrar-se com poderes reais ao comitê imperialista comandado pelos Estados Unidos. A Rússia restauracionista não passou de sócia menor do restrito comitê (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão). Assim sucedeu. Mas regionalmente sua condição de potência militar lhe permite exercer o domínio sobre nações e povos ao seu redor. Economicamente, o esgotamento das possibilidades de desenvolver as forças produtivas socialistas e o impulso contraditório das tendências capitalistas da restauração colocaram a União Soviética de joelhos diante do comitê imperialista. Deveria, portanto, abrir caminho para o imperialismo atuar por cima das fronteiras nacionais na região antes guarnecida pelas conquistas da Revolução Russa.

A reconquista imperialista de posições antes ocupadas pe-

las economias de transição foi se dando em um vertiginoso ritmo a partir da grande crise dos anos 90 (o Leste Europeu e Berlim Oriental foram inteiramente reintegrados, escapando definitivamente da influência da burocracia russa). A China se agigantou no seio da economia mundial sob a condução restauracionista da burocracia do Partido Comunista e está obrigada a se expandir.

As velhas potências europeias carregam o peso das forças produtivas altamente desenvolvidas, encarceradas pelas fronteiras nacionais. Os Estados Unidos estenderam seus tentáculos por toda a parte, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, mas também se viram tolhidos em sua gigantesca capacidade produtiva e especulativa. Faltava ao velho e novo imperialismo romper as fronteiras nacionais levantadas pelas revoluções socialistas.

O movimento molecular da restauração se acumulou em décadas de política do nacional-estalinismo (dividido em várias tendências) até a explosão nos anos 90. A desintegração da União Soviética, o triunfo da reação no Leste Europeu e o impulso da economia de mercado na China colocaram a Rússia em situação de isolamento. Evidenciou-se que não apenas seria um sócio menor das potências como, nesta condição, teria de ceder espaço regional ao domínio norte-americano. Não poderia, portanto, conservar sob sua guarda as repúblicas que se desprenderam da União Soviética (na verdade do Kremlin).

A guerra com a Geórgia em 2008 se deu em torno da Abkhásia e Ossétia do Sul, duas províncias separatistas que se socorrem da proteção russa. Mas por trás da disputa do governo georgiano com o russo estão os Estados Unidos. O esmagamento do movimento de independência da Chechênia, região rica em matérias primas, foi a demonstração de que a oligarquia que comanda a restauração capitalista na Rússia tem de pôr limites à perda de hegemonia regional. Também por trás dos nacionalistas chechenos estão os Estados Unidos.

A anexação da Crimeia, como se vê, é parte de um amplo conflito de nacionalidades com o domínio russo, cujos movimentos nacionalistas e governos servem à ofensiva do imperialismo norte-americano e europeu. As frações burguesas que se constituíram com a restauração não querem manter a sujeição à Rússia, mas também não podem impor a autodeterminação e a soberania. Passam à condição de serventes do imperialismo ocidental.

Viktor Yanukovich se equilibrava entre as pressões da União Europeia e a da Rússia. Até que as contradições não mais permitiram a oscilação. Estava disposto a assinar o acordo de integração da Ucrânia no bloco imperialista ocidental. Mas não tinha como aceitar as exigências do Fundo Monetário Internacional e do governo da União Europeia. A Ucrânia está literalmente quebrada. A melhor oferta lhe pareceu ser a da Rússia. Rompeu os compromissos com o imperialismo ocidental e aceitou com o imperialismo russo. Foi derrubado pela oligarquia pró-ocidental, com apoio dos Estados Unidos.

A oligarquia e o imperialismo ocidental se valeram do levante da classe média de Kiev. Os interesses econômicos da oligarquia da Crimeia e a composição majoritariamente russa da população pesaram a favor da política de Vladimir Putin. A Crimeia já era ocupada militarmente pela Rússia, por meio de um acordo que facultou a independência formal da Ucrânia.

É preciso ter em conta que os Estados Unidos atuaram por cima da desintegração da União Soviética. O imperialismo americano e a burocracia restauracionista russa negociaram o desmonte das usinas e armas nucleares em território ucraniano. Fez parte dessa negociata a ascendência da Rússia sobre a Criméia.

Não é preciso detalhar a importância estratégica dessa península para a Rússia. A ditadura socialista-nacional de Stálin tornou a Crimeia um dócil instrumento da política centralista-burocrática do Kremlin. Para isso, expulsou os tártaros que serviram à invasão alemã em 1941/44 e substituiu-os por russos. Os ucranianos (24%) e os tártaros (12%), hoje, constituem a minoria. Não puderam resistir à anexação. Mas, se o fizessem, seguiriam a posição pró-União Europeia e pró-imperialismo americano de Kiev. Essa é a terrível contradição. As massas não estão protagonizando a luta pela real autodeterminação da Ucrânia. Estão à mercê das disputas imperialistas por território.

O referendo que decidiu pela separação da Criméia da Ucrânia e anexação à Rússia contou com a presença maciça da população e com 95,5% dos votos. Os partidários pró-Rússia e o governo de Putin tiveram todas as condições para convencer a população de que estaria fazendo um bom negócio e respondendo a uma ofensiva do nacionalismo fascista que imperou na Praça da Independência e que se concretizou no golpe de Estado.

Ao contrário, a divisão da Ucrânia fortalece a ofensiva do imperialismo ocidental. Os Estados Unidos pressionam para que Putin se contenha até onde chegou. A Crimeia passa para a órbita do imperialismo ocidental. O governo Obama, o FMI e as autoridades da União Europeia arranjaram o empréstimo de bilhões de dólares para evitar a falência do Estado ucraniano. A Polônia abriu caminho para a instalação de forças militares norte-americanas. A OTAN se movimentou em nome da legalidade internacional. Econômica e militarmente, o imperialismo deu um passo para anexar a Ucrânia sob a máscara da democracia e da soberania.

Sem um partido marxista, as massas ucranianas não podem compreender essa lei histórica. A Rússia está na defensiva. Procura manter algum domínio regional para não se degradar à condição de semicolônia. Age como imperialista diante da Ucrânia, Geórgia, etc. Os Estados Unidos e as potências europeias, sim, estão na ofensiva.

É necessário se opor terminantemente à divisão que fortalece a restauração capitalista e o intervencionismo imperialista, com o programa da revolução proletária. O palavreado democratizante da esquerda centrista se desfaz como pó a cada passo adiante da coligação imperialista comandada desde a Casa Branca e o Pentágono.

O presidente Barack Obama diz que a Rússia está violando o princípio internacional da autodeterminação anexando a Crimeia. E procurou por meio do Conselho de Segurança da ONU fazer valer essa tese. Não conseguiu que a China votasse contra a Rússia. A sua abstenção representou não alinhamento à sórdida campanha dos Estados Unidos, Inglaterra, etc. Levou, finalmente, a moção de condenação para o plenário. Das 169 delegações presentes, 58 se abstiveram e dez votaram contra. Obama conseguiu apenas 101 votos. 24 países deixaram de

comparecer. Os Estados Unidos não conseguiram uma aprovação retumbante.

Em contraposição, Putin defendeu o resultado do referendo como expressão da livre vontade da população da Crimeia e de suas instituições estatais. O caso da Bósnia-Herzegovina serviu de exemplo para o governo russo mostrar como os norte-americanos e europeus usam dois pesos e duas medidas. Atuaram para promover a divisão territorial da Sérvia e agora acusam a Rússia de violar a autodeterminação da Croácia. Em ambos os casos, a divisão se dá sob a intervenção do imperialismo.

Os Estados Unidos e seus aliados europeus não estão pela unidade da Ucrânia. Estão pelo seu controle o mais amplo possível. Melhor seria uma Ucrânia integral submissa ao capital ocidental e por cima de tudo o capital norte-americano. Mas se não é possível assim que se negocie a divisão. A Rússia se lançou à divisão. Se a Ucrânia vai se submeter ao comando da União Europeia, então que vá sem a Crimeia. Esses têm sido os cálculos das potências. As massas ucranianas nada decidem sobre tais soluções. É nesse âmbito que se deve caracterizar o referendo como uma manobra russa e um instrumento formalmente democrático usado contra a autodeterminação da Ucrânia e contra sua integridade de nação oprimida.

É claro que esta situação abre caminho para posições bastardas, mascaradas de marxismo, de leninismo e de trotskismo. Há quem defenda que a decisão da Crimeia de se anexar à Rússia foi progressiva. E que agora a tarefa é de defender a decisão democrática contra os ataques do imperialismo. Fecham-se os olhos para a restauração capitalista na Rússia e para seu lugar de potência regional imperialista.

Há, por outro lado, uma ala das esquerdas que considera a anexação da Crimeia como uma medida contrarrevolucionária, porque obstaculiza uma revolução democrática das massas que fizeram de Kiev uma trincheira contra a oligarquia. Conclui que a tarefa mais urgente é a de expulsar a Rússia. Esse seria, segundo tal raciocínio, o caminho imposto pela situação para defender a soberania e a unidade territorial da Ucrânia. Por mais que essa posição rechace a retórica de Obama de respeito ao direito internacional, não se dá conta da armadilha em que está metida.

A tarefa imediata é a de derrubar a oligarquia ucraniana que se enriqueceu com a restauração capitalista e que conduz o País para os braços do imperialismo. O governo de Yatseniuk e Turchinov tem de ser derrubado e constituído um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado. Somente por essa via, os explorados da Crimeia, as nacionalidades oprimidas e a população trabalhadora da Rússia poderão brecar a ofensiva do imperialismo e restabelecer a unidade da Ucrânia e impor sua autodeterminação.

Deve estar fora de qualquer dúvida que é impossível realizar essa tarefa democrática sem que se tenha por base a luta contra a restauração capitalista e a defesa da estratégia programática de reconstituição da República Socialista Soviética da Ucrânia, como parte da reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do objetivo histórico dos Estados Unidos Socialistas da Europa (da revolução mundial). Não há como a Ucrânia vencer o domínio e a opressão imperialista como república burguesa.

A caracterização de que houve uma revolução democrática

confiscada pela oligarquia alinhada com a União Europeia e com os Estados Unidos é uma impostura. O levante de Kiev ocorreu contra o descumprimento de Yanukovich de seu compromisso eleitoral de vincular a Ucrânia à União Europeia. Em nenhum momento, a Praça da Independência se rebelou contra o imperialismo ocidental e contra a fração da oligarquia identificada com os partidos da oposição. Pelo contrário, serviu de tribuna para os representantes dos Estados Unidos e de instrumento para o golpe de Estado. Enquanto os explorados ucranianos seguirem as frações da oligarquia, não poderá haver luta pela autodeterminação e pela unidade do País.

A região em que se formou a Ucrânia por um longo processo histórico de guerras de ocupação e de resistência não conheceu a unidade territorial e a autodeterminação a não ser com a revolução proletária que começou na Rússia imperial e avançou por todas as nacionalidades oprimidas a ela submetidas. O processo de restauração capitalista e a bancarrota da União Soviética expuseram com todas as evidências que a ditadura burocrática e contrarrevolucionária do estalinismo conservou a opressão nacional e assim manteve aceso o velho nacionalismo. A constituição de uma Ucrânia anti-socialista e anti-soviética (regime soviético e o da democracia operária, oposto ao regime democrático burguês) a fez regredir à condição de serviçal do imperialismo.

A burocracia restauracionista que se transformou em oligarquia pró-imperialista levou a Ucrânia à falência, tamanho o seu endividamento com o capital financeiro internacional. Essa mesma oligarquia atende às exigências de pagar a dívida com a abertura total de suas fronteiras nacionais e com a entrega de suas riquezas naturais. O proletariado e os camponeses da Ucrânia necessitam de uma aliança revolucionária para varrer os restauracionistas e vendilhões da nação.

O Comitê de Enlace de Reconstrução da IV Internacional, do qual fazemos parte, empunha a estratégia programática de “Uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.” Esse é o único programa irreconciliável com a disputa interimperialista para controlar a Ucrânia e saqueá-la. Aplica-se integralmente a premissa levantada por Leon Trotsky, em 1939: “O programa da independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissolivelmente ligado ao programa da revolução proletária.” Nessa formulação, reside o fundamental da atual situação de crise, de ofensiva imperialista e de divisão da Ucrânia.

O proletariado ucraniano não tem um partido que levante esse programa em total oposição à oligarquia venal, aos seus partidos e ao intervencionismo das potências. Não há outra tarefa de primeira ordem senão constituir - a partir das ricas experiências do distante passado revolucionário, do mais recente passado contrarrevolucionário e do presente da aguda crise - o partido marxista-leninista-trotskista.

O bolchevismo sob a direção de Lênin estabeleceu as bases programáticas da autodeterminação das nações e povos oprimidos como parte da revolução proletária. Aplicou-as rigorosamente na questão ucraniana. Trotsky, dirigindo o movimento pela IV Internacional em luta de morte contra o revisionismo estalinista, levantou contra o autoritarismo burocrático do Kremlin a estratégia da Ucrânia Soviética. A vanguarda mundial e da Ucrânia somente tem de aplicá-la de acordo com as particularidades da situação e do desenvolvimento da crise.